

Jovens Agricultores

Revista da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

**Da Tradição à Inovação na
Agricultura Mediterrânica**

4

Dossier *

Da Tradição à Inovação
na Agricultura Mediterrânica

Da Tradição à Inovação na Agricultura Mediterrânica*

Dez desafios para a Agricultura Mediterrânica*

Tradição e Inovação na Agricultura Mediterrânica, Contributo do Instituto
de Ciências Agrárias Mediterrânicas*

Chave do Sucesso na agricultura do mundo rural: conjugação sábia de
tradição e inovação e de mãos dadas com cooperação e associação!*

Novos tempos, novos vinhos - o confronto de mentalidades*

Azeite - produto mediterrânico*

Oportunidades da fileira das frutas e hortícolas para a instalação, cresci-
mento e desenvolvimento de Jovens Agricultores*

Contribuição da investigação no desenvolvimento de ferramentas de apoio
à gestão sustentada do montado de sobre*

Azeite, Hortofrutícolas e Dieta Mediterrânica*

Comer localmente, pensar globalmente*

18

A Olivicultura no Concelho de Sousel*

20

Um laboratório com 35 hectares!*

Prof. José Oliveira Peça, Prof. Anacleto Cipriano Pinheiro, Prof.
António Bento Dias, Universidade de Évora, Departamento de
Engenharia Rural - ICAM

22

A Mosca da Azeitona*

24

Associativismo / Serviços ao Agricultor*

Balço do Período Especial de Candidatura às Medidas
Agro-ambientais*
Os Jovens Agricultores no PRODER*

25

Associativismo / Serviços ao Agricultor*

AJAP recebida pelo Presidente da República
AJAP prepara PRODER e OCM do Vinho com Ministério da
Agricultura
Postos de Atendimento do SNIRB/SNIRA*

26

Legislação Nacional*

28

Gabinetes de Apoio ao Jovem Agricultor***Ficha Técnica**

(OUT/NOV/DEZ) 2007

N.º 72

Propriedade, Redacção e Edição
AJAP

**Associação dos Jovens
Agricultores de Portugal**

Rua D. Pedro V, 108 - 2.º

1269-128 Lisboa

Telefone: 21 324 49 70

Fax: 21 343 14 90

Director
Firmino Cordeiro

Coordenação
Depart. de Comunicação

Redacção
Depart. Técnico

Secretariado
Olga Leitão

Dep. Comercial
Olga Sereno

Impressão
Gazela, Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal
n.º 78606/94

Registo de Título
n.º 116714

Tiragem
10 000 exemplares

Periodicidade
Trimestral

E-mail
ajap@ajap.pt

URL
www.ajap.pt

Distribuição Gratuita

Capa
AJAP



Com o apoio:



* Artigos co-financiados no âmbito do
4.º Convite da Medida 10 do Programa AGRO



Editorial

É nosso propósito neste número abordar aspectos da Agricultura Mediterrânica.

No entanto, porque o PRODER foi finalmente aprovado, (aguardamos ainda a legislação e as medidas de candidatura), permitam-me alguns comentários.

Está hoje reconhecido, tanto em Portugal como na Comissão Europeia, que a economia portuguesa atravessa um período muito difícil.

O alargamento da União Europeia de quinze para vinte e sete Estados Membros incidiu desfavoravelmente sobre Portugal, mais do que sobre qualquer outro Estado Membro. A globalização acelerada apanhou-nos muito mal preparados para ela.

O reforço da competitividade da agricultura portuguesa é condição necessária para o aumento da competitividade do nosso país no contexto actual (Nacional, Comunitário, Global).

O atrasado PRODER (PDR 2007/2013) tem que apostar de forma séria, significativa e substancial na sua componente do aumento da competitividade (eixo 1). Se não o fizer assistiremos à degradação da nossa agricultura, aumentarão as importações, a dependência alimentar e a despesa pública, bem como a falência do nosso espaço rural (90% da superfície total de Portugal).

O PRODER tem que ser dirigido, por parte dos seus eixos 2 a 4, para ajudar prioritariamente ao reforço da agricultura e a diversificação económica das regiões rurais e não apenas “ao conservacionismo ambiental”.

Queremos contribuir para potenciar a instalação de mais jovens no sector, ambição também pouco dignificada no documento.

Queremos contribuir para um desenvolvimento sustentável e equilibrado no nosso mundo rural.

Queremos contribuir para a necessidade de valorizarmos junto do consumidor final a importância do consumo de produtos tipicamente mediterrânicos

Infelizmente 2006 e 2007 não nos sairão rapidamente da memória pela negativa. Votos de um 2008 mais arrojado e mais vocacionado para o desenvolvimento e crescimento da Agricultura Nacional.

A todos um Bom Natal



Da Tradição à Inovação

na Agricultura Mediterrânica



Pensar no futuro das regiões mediterrânicas impõe que se reconheça a importância de se associar a tradição à inovação, obtendo vantagens comparativas com a reunião destes dois factores, incentivando a competitividade e obrigando, cada vez mais, a uma consciência criadora com respeito pela cultura e pela identidade. Sendo a inovação um sistema social, que pode comportar riscos e oportunidades, há que admitir que o actual contexto de alteração das zonas rurais leva à implementação urgente de soluções inovadoras.

Debatemo-nos com graves problemas de conservação do solo e da água e com a urgência de reduzir os custos de produção. O controlo da erosão do solo e o uso racional da água representam um benefício não só para o agricultor, que assegura a continuidade da sua actividade, mas sobretudo um benefício social. O trabalho agrícola é forçosamente um trabalho de conservação da natureza que implica o reconhecimento da necessidade de gerir os habitats de forma a manter, e se possível aumentar, a sua capacidade de suporte para a vida selvagem! Na agricultura mediterrânica está bem vinculada a preocupação constante com a promoção e conservação da biodiversidade, assegurando a gestão sustentada dos recursos agrícolas e agro-florestais e reduzindo a poluição.

A agricultura portuguesa partilha dessas mesmas preocupações em sectores tão diversos como os do vinho, azeite, horto-frutícolas, leite e produtos lácteos, sem esquecer a floresta mediterrânica na sua vertente multifuncional. Nos produtos mediterrânicos devemos procurar respostas para a agricultura portuguesa.

As novas exigências nos métodos de produção como, por exemplo, níveis de qualidade acrescidos, atenção redobrada à protecção do ambiente ou aos aspectos de saúde, exigem igualmente uma expansão e inovação permanente de conhecimento de todos os intervenientes.

Nas pequenas explorações das zonas rurais, sem escala de produção, e em que o conhecimento é transmitido de geração em geração, sobressaem, ainda o envelhecimento da população e os baixos níveis de instrução e formação, condições que não são, como sabemos, favoráveis à renovação. Com esta, o importante património humano pode sair enriquecido e consolidado, ressurgindo uma sociedade crítica e inovada. Assim, se a uma maior acção tecnológica, económica e social se juntar um cenário de inovação e conhecimento, os efeitos serão certamente preciosos para a consistência das zonas rurais de

Portugal, enquanto país que quer apostar no desenvolvimento humano e social. As actuais configurações sociais e económicas do espaço social rural são marcadas pela complexidade do tempo presente que deixa muito claro que a educação e o conhecimento são factores fundamentais para se enfrentarem os novos desafios estratégicos das zonas rurais: contrariar o despovoamento, rejuvenescer as suas populações, projectando uma vida saudável e compensadora para aqueles que apostam viver nessas zonas.

Trata-se de valorizar a nossa cultura e património, desafiando o progresso e encorajando a criatividade, a renovação e a modernização na certeza que, sem inovação, não há progresso e sem memória e identidade, não há desenvolvimento.

Deste património faz parte a alimentação. Na zona do mediterrâneo a dieta caracteriza-se pelo abundante consumo de hortaliças, legumes, frutos frescos e frutos secos, cereais, sementes e leguminosas secas, lacticínios, peixe, ovos e carne de aves. A partir da simplicidade e da variedade surgiu uma das combinações de alimentos, mais equilibrada, completa e saudável do planeta!

Os hábitos alimentares da região despertaram atenções quando se constatou que a incidência de doenças coronárias era bastante menor que nos países do norte da Europa. Vários trabalhos de investigação relacionam dieta mediterrânica e saúde.

Mas a dieta mediterrânica não é apenas um conjunto de alimentos com determinados efeitos sobre a saúde, mas muito mais do que isso, representa um estilo de vida, de entender as relações humanas, as prioridades sociais, o seio familiar; uma forma de viver e relacionar-se com o meio, unido a um marco geográfico, às cores, texturas, sabores e aromas incomparáveis.

Está ao nosso dispor toda uma panóplia de sabores e saberes de tradição ancestral, património de formas de fazer e produzir, em consonância com o ambiente, com a geografia física e com a geografia humana.

Não obstante, a evolução da sociedade implica que algumas mudanças sociológicas sejam irreversíveis. A menor dedicação à cozinha, a vida cada vez mais sedentária e a globalização dos mercados e da alimentação instalaram-se e por isso a dieta mediterrânica deve adaptar-se aos novos tempos. É necessário continuar a investigar os benefícios da dieta mediterrânica e promover-la como parte da cultura e identidade de um povo.

Dez Desafios para a Agricultura Mediterrânica

Se a Europa deseja ter peso na cena internacional não pode ignorar a Bacia Mediterrânica. A interdependência com o Mediterrâneo é tal que a evidência das parcerias se impõe. É através de uma cooperação pioneira com os outros países do Mediterrâneo que a Europa estará em condições de desempenhar um papel no processo de globalização, explorando um co-desenvolvimento sustentável e as variáveis humanas, sociais e ambientais serão tão determinantes como os factores económicos e políticos.

A multidimensionalidade da questão agrícola e rural no Mediterrâneo faz com que seja conseguida uma mobilização euro-mediterrânica sobre esta matéria. A Agricultura situa-se no centro da identidade mediterrânica e surge como um factor determinante para as economias e sociedades da região (Schmied, 2007).

Podem ser identificados dez grandes desafios para desenhar os contornos da agricultura mediterrânica.

Um contexto sócio-demográfico determinante

No espaço de meio século, a população mediterrânica quase duplicará, passando de 285 milhões de habitantes em 1970 a 524 milhões em 2020. Mas este crescimento demográfico é de certa forma contraditório, porque se no Norte do Mediterrâneo a população se encontra estabilizada há varias décadas, na zona sul verifica-se uma explosão demográfica impressionante. Em 2005, um terço da população mediterrânica vivia ainda nas zonas rurais e um terço dos activos dos países da zona sul continuam a trabalhar diariamente no sector agrícola. Com o boom demográfico esta população rural e agrícola da zona sul aumentou, enquanto na zona norte se assiste a um acelerado decréscimo da população e dos activos agrícolas. No início do século XXI, não nos equivoquemos: o Mediterrâneo não é unicamente urbano, litoralizado e assente em serviços.

Uma situação agro-comercial preocupante

A degradação das balanças de pagamentos agro-comerciais dos países parceiros da Bacia do Mediterrâneo merece uma atenção particular. Com efeito, desde há três décadas, que estes países se encontram numa situação crónica de dependência alimentar e certos Estados parecem ter situações de deficits estruturais pesados (Argélia, Egipto). Assim constatamos um saldo negativo de cerca de 9 milhares de

dólares em 2004 nas relações agro comerciais dos países mediterrânicos parceiros (PPM)¹ com o resto do mundo. De facto, apenas a Turquia apresenta uma balança positiva, sendo que contribui com 48% das exportações agrícolas dos PPM para o resto do mundo.

Frente a frente euromediterrânico, um logro

Afastada do debate depois do lançamento do Processo de Barcelona em 1995, a questão agrícola parece pouco a pouco estar a voltar à agenda da cooperação regional graças às iniciativas dos últimos meses da Comissão e de certos PPM. Mas se as negociações para liberalização das trocas com uma minoria de Estados (Jordânia e Israel actualmente, e posteriormente Marrocos e Egipto) progredirem, é necessário clarificar os termos do debate agrícola mediterrânico com três mensagens importantes.

Primeiro, a **assimetria das relações comerciais**: apenas 2% das importações e exportações agrícolas da União Europeia (UE25) se efectuam com os dez PPM, mas por outro lado, monopoliza 52% das suas exportações agrícolas e 28% das importações. Verifica-se portanto um diferencial líquido entre o norte e o sul da Bacia do Mediterrâneo em termos de trocas agro-comerciais.

De seguida, o **equilíbrio enganador das trocas euromediterrânicas**: estas são favoráveis aos PPM (+0,6 milhares de dólares em 2004) simplesmente porque só a Turquia contribui com quase metade das exportações agrícolas dos PPM para a UE25. Resultado: a balança comercial agrícola dos PPM com a Europa é deficitária (1,5 milhares de dólares em 2004). Por fim, a **abertura dos PPM ao mercado mundial**: apesar da sua preferência comercial pela UE25, em 2004, 72% do seu aprovisionamento foi efectuado no resto do Mundo. A Europa não é portanto a única potência exportadora para o sul do Mediterrâneo: Estados Unidos, Argentina, Brasil ou Austrália são actores comerciais importantes, como confirmam as exportações de cereais destes países para os países do sul do Mediterrâneo. A atitude de Marrocos, que em 2004 assinou um acordo de livre comércio com Washington, demonstra por exemplo que certos PPM procuram actualmente estabelecer alianças politico-comerciais fora do perímetro euromediterrânico.

¹ No âmbito do Processo de Barcelona, os dez países mediterrânicos parceiros (Pays partenaires méditerranéens – PPM) da União Europeia são: Argélia, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Marrocos, Síria, Tunísia, Turquia e Autoridade Palestiniana.



Bertrand HERVIEU

Secretário Geral do CIHEAM – Centro Internacional de Altos Estudos Agronómicos Mediterrânicos



Um mau desenvolvimento rural

A urgência de desenvolver as zonas rurais do sul do Mediterrâneo constitui um grande desafio no âmbito da problemática regional. Este imperativo está centrado na luta contra a pobreza, flagelo que persiste no campo. O número de pessoas que vive com menos de um dólar por dia terá mesmo aumentado desde 1990, década no decurso da qual os efeitos dos programas de ajustamento estrutural se fizeram sentir no processo de desenvolvimento destes países. Se nas décadas de 70 e 80 se registaram importantes progressos na zona do sul do mediterrâneo, a estagnação desde os anos 90 deve-se não apenas ao mau desenvolvimento como também ao não desenvolvimento que por vezes se verifica (Ould Aoudia, 2006). As infra-estruturas sócio-colectivas não existem ou estão degradadas (acesso a água, acesso a serviços sanitários, acesso à educação), sem esquecer a desigualdade de géneros que continua muito mais forte que no meio urbano. No meio rural a eficaz colocação dos produtos no mercado é difícil: a falta de organizações de produtores, a fragilidade da sociedade civil e as falhas logísticas são constrangimentos ao desenvolvimento de um sistema agro-alimentar funcional. Na realidade, no sul do mediterrâneo opõem-se todos os dias, por um lado, uma agricultura de ponta já inserida no contexto da globalização, controlada por capitais estrangeiros, e, por outro, uma agricultura familiar destruída, em deterioração caso não surja um proposta rápida para a reorganizar.

Uma fractura territorial sul-sul que se acentua

Na maioria dos países mediterrânicos do sul, existe o risco de um novo desequilíbrio dos territórios: o reaparecimento de uma fragmentação intra regional. Dissimulado atrás das múltiplas falhas que atravessam longitudinalmente a bacia mediterrânica, o fosso parece agravar-se entre as zonas urbanas litorais e os espaços rurais do interior.

À abertura à globalização das cidades responde a marginalização e empobrecimento dos camponeses. Passa-se tudo como se o sul do mediterrâneo não tivesse necessidade das suas regiões mais atrasadas para se desenvolver, a salvação chega segundo um credo liberal disciplinado pelas trocas comerciais e a ordem exteriores.

Se as cidades costeiras são impulsionadas para o futuro, os territórios rurais são reenviados ao século passado.

Um conjunto de desafios ambientais

A riqueza dos recursos naturais e a diversidade das paisagens do mediterrâneo tornam esta zona uma ecoregião excepcional. Portanto, com o desenvolvimento humano e industrial, este património ambiental destrói-se pouco a pouco. Apesar dos esforços internacionais desde há 30 anos para proteger este ecossistema único, este continua frágil e a deteriorar-se devido ao aumento das pressões exercidas sobre o ambiente.

O impacto das alterações climáticas, as ameaças à biodiversidade da região, a erosão dos solos e as emissões poluentes provocadas pelo aumento de consumo de energia constituem fortes testemunhos da vulnerabilidade crescente do espaço mediterrânico. A esta juntam-se fenómenos de seca cada vez mais inquietantes e um processo de desertificação com consequências dramáticas para os territórios rurais.

Por fim convém lembrar até que ponto a zona mediterrânica é confrontada com o problema dos incêndios florestais, uma vez que os fogos destroem actualmente largas superfícies agrícolas.

Uma pressão crescente sobre as reservas de água

No centro das pressões ecológicas encontra-se a questão da água que se afigura como a mais importante (Blanc, 2007). Este recurso raro é repartido de forma desigual no Mediterrâneo, situando-se 75% das disponibilidades na margem norte. Actualmente metade da população mundial que se encontra na zona do Mediterrâneo sofre com falta de água (menos de 1.000m³/hab/ano). A agricultura absorve cerca de 80% das reservas de água dos países da margem sul e uma boa parte deste volume é perdido, defeito das redes de distribuição existentes, uma fractura hidráulica que reforça actualmente a separação entre as classes abastadas e pobre porque o acesso à água potável é muito diferente. Para além do que, muito mais que na Europa, a qualidade da água tornou-se nestes países um factor de discriminação social.

Por outro lado, seria bom examinar o custo ecológico e consequentemente económico das transferências de água contidas nos produtos agrícolas (a chamada água virtual) que certos países, colocando tudo ou quase tudo em exploração, negligenciam sem dúvida quanto à hora em que os recursos se esgotarão. Enfim, como não acreditar nas rivalidades mais tenazes entre Estados, regiões e comunidades para controlar os recursos de água, sabendo que em certas zonas os conflitos hidráulicos já existem?

Uma segurança alimentar quantitativa materializada mas qualitativamente frágil

Face à extensão do crescimento demográfico na região e à constante degradação dos equilíbrios agrocomerciais, a questão da segurança alimentar para as populações mediterrânicas continua em aberto. Em primeiro lugar com a sua dimensão quantitativa, uma vez que a subnutrição continua a ser uma flagelo que não se pode negligenciar (cerca de 4% da população do sul do Mediterrâneo sofre de subnutrição quotidiana) e o número continua a crescer (7 milhões de pessoas em 1990, 9 milhões em 2002).

Seguidamente, deverá ser examinada a dimensão qualitativa pois a alimentação mediterrânica está a degradar-se, com a aproximação ao modelo de consumo anglo-saxónico: o modelo cretense defendido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) deslocaliza-se e ganha espaço no Ocidente ao mesmo tempo que o Mediterrâneo se afasta dele. A título de exemplo, o grande aumento da obesidade e do excesso de peso, especialmente nas camadas mais jovens da população (no Magrebe 17% das crianças com menos de 5 anos). É neste contexto que é necessário colocar a questão da segurança alimentar bem como da certificação e dos controlos técnicos na estratégia da qualidade alimentar no Mediterrâneo (CIHEAM, 2007).

Uma emergência rápida da grande distribuição

Desde há 15 anos que a grande distribuição se afirma nos países do sul do Mediterrâneo. A situação no Magrebe é eloquente (Abis e Padilla, 2007), porque passamos de uma paisagem desprovida de grandes centros de consumo para um panorama urbano reagrupado ao redor de superfícies comerciais sem quaisquer outros atractivos. O impulso de uma classe média urbana baseada nos padrões de consumo modernos e uma subida relativa dos níveis de vida para estas populações explica em parte este fenómeno.

Certamente, este poder da grande distribuição, mesmo que não represente mais de 10% do total de vendas alimentares no Magrebe e, arriscam desordenar as práticas industriais dos que decidiram colaborar, com o notável acolhimento de uma indústria local a duas velocidades. Com efeito, existe uma indústria normalizada, uma logística organizada, com aprovisionamentos importantes em volume e frequência, a grande distribuição alimentar exige organização e recursos humanos e financeiros. Tantos esforços que um grande número de industriais não está ainda pronto a consentir.

Um debate sobre os biocombustíveis a clarificar

A promoção dos biocombustíveis e o seu desenvolvimento são feitos mundiais que convém reconhecer, com as vantagens que por vezes acarreta. Mas se raciocinarmos à escala da Bacia do Mediterrâneo é aconselhável não nos entusiasmos com este dossier. Para começar, a agricultura da região pode ser maior que noutras zonas mas não é suficiente para alimentar a população e encher os depósitos dos carros: o crescimento demográfico é muito importante, faltam superfícies agrícolas e as condições naturais não são adaptadas e tendencialmente desfavoráveis. De seguida, como não acreditar que o Mediterrâneo é uma ilustração perfeita dos factos recentemente observados, a saber uma correlação íntima entre o aumento dos preços agrícolas e o desenvolvimento dos biocombustíveis?

Porque para produzir o etanol e o biodiesel utiliza-se cada vez mais os cereais, açúcar, grãos oleaginosos ou óleos vegetais, tendo como efeito um aumento notável do seu preço no mercado. Ora estes são os produtos massivamente importados pelos países do sul do Mediterrâneo: recordamos que estes países são responsáveis por 12% das importações mundiais de cereais apesar de terem apenas 4% da população do globo.

Assim ao defender os biocombustíveis, os Estados Unidos, o Brasil e a Europa não procuram apenas transformar o mercado dos hidrocarbonantes mas fazem aumentar o preço dos cereais, o que remete os países do sul do mediterrâneo para uma posição de dominação completa.

Conclusão

Este panorama não exaustivo das dinâmicas agrícolas, rurais e alimentares no Mediterrâneo mostra bem os desafios com que a agricultura desta região é confrontada. É importante considerar todas as dimensões, do territorial ao sócio-cultural passando pela saúde pública e pela geopolítica, para compreender o carácter eminentemente estratégico.

Se se tiver o cuidado de não separar o debate agrícola do mediterrâneo em simples perímetros económicos e agronómicos, talvez seja possível superar os malentendidos que existem sobre esta questão e explorar todas as variáveis determinantes para o futuro do Mediterrâneo. Uma vez adoptada essa postura, talvez consigamos construir e progredir na construção de uma cooperação mediterrânica baseada numa tripla acção mobilizadora com vista a atingir: *economias saudáveis* (saber otimizar e racionalizar os sistemas agrícolas de cada país); *territórios saudáveis* (saber proteger e mobilizar o ambiente) e *populações saudáveis* (saber alimentar-se).

REFERÊNCIAS

Schmied W. *La politique agricole et rurale euro-méditerranéenne*. Strasbourg: Conseil de l'Europe, Commission de l'environnement, de l'agriculture et des questions territoriales, 2007

Ould Aoudia J. *Croissance et réformes dans les pays arabes méditerranéens*. Notes et documents n.º28, Paris: Agence française de développement (AFD), 2006

Blanc P. *Tensions méditerranéennes sur les ressources en eau*. Lettro de veille CIHEAM 2007; (1): 1-4

Centre International des hautes études agronomiques méditerranéennes (CIHEAM), *Méditerranée 2007, Identité et qualité des produits alimentaires méditerranéens*. Rapport annuel du CIHEAM, Paris: Les Presses de Sciences-Po, 2007

Abis S, Padilla M. *La garde distribution au Maghreb: contextualisation et enjeux*. Afkar-Ideas (Madrid) 2007; (13): 70-3

United Nations Organisation for Food and Agriculture (FAO), Organization for Economic Cooperation and Development (OECD). *OECD-FAO Agricultural Outlook 2007-2016*. Roma. FAO, 2007

Centro Internacional de Altos Estudos Agronómicos Mediterrânicos (CIHEAM)

O CIHEAM foi criado por iniciativa conjunta da OCDE e do Conselho de Europa a 21 de Maio de 1962. É uma organização intergovernamental que reúne actualmente treze Estados membro da Bacia do Mediterrâneo (Albânia, Argélia, Egipto, Espanha, França, Grécia, Itália, Líbano, Malta, Marrocos, Portugal, Tunísia e Turquia).

O CIHEAM estrutura-se em volta de um secretariado-geral situado em Paris e quatro institutos agronómicos mediterrânicos (Bari em Itália, Chania na Grécia, Montpellier em França e Saragosa em Espanha).

Com três missões fundamentais (formação, pesquisa e cooperação) no centro da sua actividade, o CIHEAM impõem-se antes de mais como uma referência no seu domínio de actividade: agricultura, alimentação e desenvolvimento rural no Mediterrâneo.



CIHEAM
International Centre for Advanced
Mediterranean Agronomic Studies

TRADIÇÃO E INOVAÇÃO NA AGRICULTURA

Contributo



Maria do Rosário Gamito Oliveira
Ofélia Pereira Bento
Ricardo Paulo Serralheiro

ICAM

A sustentabilidade da agricultura tem constituído preocupação de equipas de investigação do ICAM, as quais têm desenvolvido estudos, experimentação e divulgação da agricultura de conservação e da sementeira directa, com resultado reconhecido e prestigiado, inclusive a nível internacional.

A Agricultura e os sistemas agrários tradicionais são, especialmente no Mediterrâneo, o produto da relação telúrica entre o Homem e a Natureza em que se insere. Já se tem considerado desfavorável este condicionalismo, por comparação com supostas vantagens dos sistemas agrários de influência atlântica, situados mais a norte, a cujos produtos e hábitos alimentares os mercados modernamente se afeiçoaram. Nada indica que tenha de ser assim. A bacia do Mediterrâneo foi berço de civilizações, o que estará sempre indelevelmente marcado em toda a vida, cultural, social e económica. Em particular os hábitos alimentares mediterrânicos, que se definiram em milénios de História, baseiam-se em produtos cuja qualidade a tradição fixou em patamares elevados. Naturalmente, o moderno conhecimento científico e tecnológico deste tipo de produtos contribuirá para melhorar e desenvolver, sistematizar e divulgar, em bases económicas, a sua competitividade no mercado global moderno. O Mediterrâneo nada tem que recear da competitividade franca com outros sistemas e regiões.

Foi nesta perspectiva que se criou o Instituto de Ciências Agrárias Mediterrânicas (ICAM), mantendo-se o princípio de contribuir com um conhecimento científico e tecnológico inovador para o desenvolvimento dos sistemas agrários mediterrânicos, em especial no Sul alentejano e algarvio, regiões que lhe estão mais próximas. Naturalmente, o desenvolvimento dos sistemas agrários pressupõe a sua sustentabilidade, económica e ambiental, passando pelo uso conservativo dos recursos naturais e agrícolas (a água, o solo, a energia e a biodiversidade) e pela obtenção de produtos agrícolas da mais elevada qualidade e consequente comercialização competitiva.

O ICAM, criado em 1991 no âmbito do Programa CIÊNCIA, é uma Unidade de Investigação da Universidade de Évora, sedeadada na Herdade da Mitra (285 ha), num enquadramento tipicamente mediterrânico. Nestes 16 anos de investigação científica, o ICAM contribuiu de modo relevante para o desenvolvimento de aspectos essenciais da agricultura regional, organizando-se adequadamente e lançando os seus projectos nos devidos temas.

Ecosistemas mediterrânicos. O Montado

As competências desenvolvidas pelo ICAM neste domínio permitiram-lhe dar significativo contributo para o Plano de Ordenamento Florestal, assim como para a melhoria da produção

em silvo-pastorícia. Não só o montado, também outros tipos de ecossistemas mediterrânicos são suporte da melhor qualidade para o desenvolvimento do meio rural, também aqui inovando, na atenção tradicional à paisagem, nomeadamente criando condições para a boa prática do chamado turismo rural/ecológico. Para a sustentabilidade do montado é essencial o desenvolvimento de ferramentas de apoio às decisões de gestão. Uma equipa conjunta do ICAM-UE e do CEF-ISA desenvolveu um modelo de apoio à decisão ECCORK integrado com o modelo de simulação CORKFITS 2.1, com o objectivo de suportar os processos de decisão de gestão dos montados de sobreiro, com base em objectivos económicos e ecológicos. O modelo ECCORK adiciona ao processo de decisão variáveis ecológicas indicadoras da biodiversidade (avifauna, entomofauna, associação vegetal, fungos ectomicorrízicos) e da estação (índice de erosão, balanço hídrico) no sentido de clarificar os ganhos e perdas associados com um esquema de gestão sustentável. Estas ferramentas assumem particular importância tendo em conta quer a área ocupada pelo montado (1,2 milhões de hectares) quer pelos bens e serviços produzidos onde se destaca a cortiça, a qual representa cerca de 3% do valor total das vendas de Portugal a outros países.

Nestes 16 anos de investigação científica, o ICAM contribuiu de modo relevante para o desenvolvimento de aspectos essenciais da agricultura regional, organizando-se adequadamente e lançando os seus projectos nos devidos temas.

Modernização das tecnologias de produção agrícola

A agricultura tem sido chamada a integrar-se cada vez melhor na problemática ambiental e da conservação dos recursos solo, água, energia e biodiversidade. A sustentabilidade da agricultura tem constituído preocupação de equipas de investigação do ICAM, as quais têm desenvolvido estudos, experimentação e

URA MEDITERRÂNICA

do Instituto de Ciências Agrárias Mediterrânicas

divulgação da agricultura de conservação e da sementeira directa, com resultado reconhecido e prestigiado, inclusive a nível internacional. Por outro lado, a agricultura mediterrânica, sobretudo com a dimensão empresarial que tem na região do Alentejo, requer grande esforço de mecanização e mesmo de automação de processos, esforço de inovação para o qual o ICAM tem dado contributos significativos, com projectos como o que tem permitido desenvolver e aperfeiçoar equipamentos para colheita da azeitona, para a colheita do pinhão, para a poda da oliveira e para o aproveitamento dos resíduos florestais enquanto biomassa energética. Dá-se relevo a várias técnicas e aplicações de Agricultura de Precisão, nomeadamente com técnicas de aplicação espacialmente diferenciada de adubos ou de gestão de equipamentos de rega. Tratando-se de inovação na agricultura mediterrânica, tem de se dar grande realce à intensificação cultural que o regadio proporciona, com associados acréscimos de produções e de resultados económicos. Simultaneamente, não se podem ignorar os riscos acrescidos inerentes ao uso intensivo de factores de produção e o que esses riscos implicam de inovação tecnológica para a conservação dos recursos solo, água, energia e biodiversidade. Também aqui o esforço do ICAM tem sido notável, com grande contributo para a viabilização económica e ambiental do regadio e para a racionalização da gestão dos recursos hídricos. Em complemento, várias biotecnologias especializadas têm sido utilizadas – engenharia genética, multiplicação de tecidos, protecção das plantas – contribuindo com um papel cada vez mais determinante para o progresso agrícola.

Produção animal e Medicina veterinária

As potencialidades das raças autóctones, têm sido igualmente estudadas numa óptica de produção em fileira, de forma a preservar a qualidade do produto final. Hoje em dia, é reconhecida a qualidade da carne dos bovinos de raça Mertolenga e do porco da raça Alentejana. A participação das raças autóctones nestes processos de produção tem sido incentivada através da valorização dos recursos genéticos, preservação das raças através de técnicas de IVM (in vitro maturation) de oócitos, transferência embrionária e desenvolvimento de crioprotectores específicos. A adaptação do animal ao ambiente e condições climáticas, tem sido igualmente uma preocupação, tendo-se vindo a estudar a adaptação de raças autóctones bovinas e porcinas às condições

do ambiente Mediterrânico. A adaptação animal às condições nosológicas não foi esquecida e foram desenvolvidos novos métodos de diagnóstico de doenças que possam afectar os animais, nomeadamente as mastites subclínicas, a varrose, a besnoitiose, a cistercose e ainda a leishmaniose. As preocupações futuras neste campo centram-se agora na procura de métodos alternativos de controlo dos vários aspectos sanitários e relações parasita/hospedeiro. A identificação da bioeficácia de produtos de origem vegetal com efeitos antibacterianos, antifúngicos, antioxidantes, antiinflamatórios, hipocolesterolémicos e analgésicos, coadjuvará aqueles objectivos e poderá vir a constituir uma mais valia para muitas plantas da flora mediterrânica. Os recursos alimentares não são negligenciados e as pastagens, forragens e culturas para grão têm sido estudadas não só na óptica agronómica, mas também da sua utilização pelo animal. Têm sido avaliadas várias tecnologias de conservação e melhoria das forragens, estudada a digestão de pastagens, forragens e leguminosas e propostas várias abordagens de suplementação dos animais para suprir carências em alguns períodos de produção.

Caracterização e melhoria dos produtos tradicionais agro-pecuários

No que diz respeito à intervenção do ICAM na melhoria da qualidade dos produtos agrícolas mediterrânicos, conduziu-se uma investigação multidisciplinar que passou pela sua caracterização e introdução de novas tecnologias. Tem sido relevante o contributo dos investigadores do ICAM para o desenvolvimento da viticultura e enologia do Alentejo, que foi iniciado com a caracterização e a selecção de castas regionais que constituem hoje o encepamento da região. Em colaboração com a estação vitícola de Geisenheim, na Alemanha, e a Plansel, em Montemor-o-Novo, este grupo foi o pioneiro na aplicação da técnica de vinificação a temperatura controlada para os vinhos brancos, no Alentejo, cuja aplicação prática se vem concretizando desde 1982 na Fundação Eugénio de Almeida com a criação de vinhos que hoje desfrutam de merecida fama, como o “Cartuxa” e o “Pêra Manca”. As principais linhas de investigação prendem-se com a química enológica, os compostos da cor e os compostos do aroma. Particular atenção tem sido dada ao envelhecimento dos vinhos em madeira e ao impacto da fermentação maloláctica nas características do aroma dos vinhos. Em termos mais práticos, de mais imediato interesse para os vitivinicultores, continuam os estudos de

caracterização varietal de castas tradicionais do Alentejo e ainda o estudo do efeito da aplicação de rega na vinha. A selecção de leveduras aptas para a vinificação, quer de vinhos brancos e tintos quer de vinhos licorosos, é outra das importantes vertentes da investigação realizada. Outro dos domínios abordado pelos investigadores do ICAM, refere-se à definição dos estados de maturação de frutos da região como as ameixas “Rainha Cláudia Verde”, melões, uvas de mesa e cerejas, que melhor permitam a sua conservação e armazenagem. Estão em estudo diferentes técnicas e condições de armazenamento. No que diz respeito a produtos de origem animal, o contributo de outro grupo de investigadores tem sido relevante no contexto da caracterização da influência da alimentação do porco Alentejano, em particular da pastagem e da bolota, na qualidade de produtos como a carne fresca para consumo ou no Presunto de Barrancos, cuja tecnologia de fabrico foi ressuscitada e caracterizada. O “Paio de Porco Alentejano” é outro dos produtos de salsicharia tradicionais que tem vindo a ser estudado, através da sua caracterização química, física sensorial e microbiológica. Deste estudo resultou a identificação de microrganismos que poderão funcionar como culturas de arranque com o objectivo de obter produtos com baixo teor de aminas biogénicas. O efeito das raças ovinas e do sistema de produção na qualidade do leite e dos queijos de Évora e de Serpa, tem sido objecto de estudo por outro grupo de investigadores. Dada a importância da certificação para produtos como vinhos, azeites, queijos, produtos de salsicharia e frutos, têm sido desenvolvidas metodologias para a avaliação sensorial e determinação de propriedades reológicas, que se encontram disponíveis para toda a comunidade.

Outras perspectivas da actividade do ICAM

A procura de soluções alternativas para a agricultura Alentejana tem passado também pelo estudo de culturas energéticas, ervas aromáticas ou a utilização de alimentos tradicionais como alimentos funcionais. No ICAM, é relevante a preocupação com a integração ambiental da Agricultura, com o harmonizar do Desenvolvimento agrícola e do mundo rural com o ambiente, pilar da sustentabilidade do referido Desenvolvimento.

Chave do sucesso na agricultura do conjugação sábia de tradição e inovação

A actual Política Agrícola Comum tem como princípios básicos promover o padrão de vida dos agricultores, proporcionar aos consumidores alimentos com qualidade, seguros e a preços competitivos, garantir a cada país a preservação do património rural. Os princípios assentam em medidas de apoio aos mercados agrícolas e ao desenvolvimento rural sustentável, olhando a agricultura rural numa perspectiva de coesão do território, de reforço de competitividade, de consciência dos desafios ambientais, de diversificação de actividades económicas e, sobretudo, de respeito pelo património. Neste âmbito, assegura a garantia da sustentabilidade do uso dos recursos biológicos numa relação estreita com o conhecimento e as tecnologias, com o objectivo de manter e promover as diversidades biológica e cultural e garantir, numa Europa em expansão, a sustentabilidade dos sistemas de produção e a integridade nacional. Assim, por um lado para a própria subsistência agrícola e, por outro, para acompanhar as decisões políticas da Europa Comunitária, há que fazer introduzir alterações nos métodos de produção, adoptando tecnologias que permitam reduzir custos e, ao mesmo tempo, usar práticas modernas baseadas nas nossas culturas, nas variedades mais evoluídas e mais adaptadas às condições edafo-climáticas das nossas regiões, apoiando-se nos sistemas mais conformes com a nossa realidade. As técnicas tradicionais de preparação de produtos alimentares colam-se, cada vez mais, às novas tecnologias e ao conhecimento, favorecendo o aproveitamento integral das potencialidades das matérias-primas. Mas, na agricultura rural, a modernização científica e tecnológica, longe de desprezar a tradição terá que continuar a apoiar-se nela para garantir a maior diversidade dos produtos e o maior requinte. A evolução técnica terá de ser, sempre, marcada por uma forte articulação entre elementos de tradição e de modernização, continuando a tradição, mas não menosprezando a capacidade para usar processos evolutivos mais lentos, ou mesmo desafiar, inovações revolucionárias.

Com que contamos?

Contamos com a decisão política definida nas linhas orientadoras do Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (2007-

2013) que estabelece os eixos prioritários. Contamos com o 'envelope' de fundos comunitários que deverá ser cuidadosamente 'aberto' e gerido, o Quadro de Referência Estratégico Nacional e o Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural, ('A derradeira oportunidade para apanharmos o comboio europeu', Voz do Campo, Setembro-Outubro, 2007, pg. 6-8; diria mesmo, o comboio atrás do qual vimos correndo e que obriga, agora, a uma 'maratona a vencer' para se alcançar a última carruagem!). Porque progresso significa preservar as próprias raízes e a própria identidade e respeitar e desenvolver o saber da tradição, contamos com estes instrumentos para encorajar e promover o aproveitamento de potencialidades regionais intrínsecas com a sabedoria e a criatividade que se exigem. Mas, sobretudo, contamos com o contributo das decisões e dos instrumentos para promover a formação profissional que promova a especialização empresarial dos agricultores e dinamize o cooperativismo, únicas formas de podermos competir num mercado global em progressão.

A evolução técnica terá de ser, sempre, marcada por uma forte articulação entre elementos de tradição e de modernização

O que temos?

Temos os actores intervenientes e com vontade para progredir, os agricultores com o esforço que garante o seu próprio sustento e com todo o potencial de tradição acumulado ao longo dos tempos, os técnicos e os investigadores que detêm o conhecimento apoiado na ciência. Temos o saber e a habilidade para combinar o que já existe com novos métodos para desenvolver tecnologias, processos e produtos, usando mecanismos que facilitem a inovação através do acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento. A agricultura mediterrânea, que gera produtos agrícolas de qualidade é, também, criadora

Cidália PERES

Investigadora Principal com Habilitação para Coordenação Científica do ex-INIAP/INRB/L-INIA

A agricultura mediterrânea, que gera produtos agrícolas de qualidade é, também, criadora de paisagem, parte integrante de tradição e património, é veículo de construção de roteiros turísticos de valorização do território e dos produtos de artesanato local que, num pacote único de cultura e tradição rural, podem conviver com vantagem mútua.

mundos rurais: e de mãos dadas com cooperação e associação!

de paisagem, parte integrante de tradição e património, é veículo de construção de roteiros turísticos de valorização do território e dos produtos de artesanato local que, num pacote único de cultura e tradição rural, podem conviver com vantagem mútua. As regiões demarcadas têm um contributo importante na diferenciação dos produtos, particularmente no que à sua qualidade e genuidade respeita, filosofia que deve ser mais e mais acarinhada e fomentada. No olival, como exemplo, maximizar o potencial genético das variedades e genótipos do nosso país, característicos e únicos, deverá ser estratégia obrigatória em detrimento da passividade com que se assiste ao estabelecimento massivo de oliveiras de variedades estrangeiras que, inevitavelmente, vão resultar na perda de autenticidade do azeite e da azeitona portuguesas. Não podemos esquecer que o azeite português, concorrente no comércio internacional com países cujas áreas de produção são incomparavelmente superiores, só poderá manter e ampliar mercado, com sucesso, porque são distintos, porque provenientes de cultivares portuguesas com características incomparáveis. Esta garantia só poderemos tê-la se defendermos as nossas cultivares, que são, afinal, património de todos. Naturalmente, exemplos semelhantes poderão ser encontrados noutras culturas, aquelas que, como a oliveira, estão deficientemente alicerçadas no património nacional, mercê da flutuação dos interesses estratégicos ao longo dos tempos. Por tudo isto, temos todos, a convicção da

necessidade de acelerar a concretização de objectivos estratégicos que a globalização do mercado impõe!

O que podemos fazer?

Podemos manter as tradições ou desenvolvê-las mesmo no médio e longo prazo apostando, inequivocamente, na criação de competências acrescidas às já apresentadas pelos agricultores, regra indispensável para que se desenvolvam formas de actuação mais profissionalizada, com inovação, como resposta aos sinais do mercado. Podemos encorajar a difusão da informação científica e técnica dinamizando a transferência do conhecimento, da modernização, da inovação e da qualidade dos produtos. Podemos, cada vez mais, encarar as intervenções integradas na óptica de fileira de produtos, onde formação e informação são, também, prioridades para o progresso das mesmas, gerando sinergias e investindo no capital humano e físico em sectores prioritários. Podemos ultrapassar a fraca capacidade organizativa que nos é peculiar e que dificulta o avanço para estratégias comerciais menos dependentes de circuitos não controláveis pelos produtores. Podemos cooperar para competir!

Que falta, afinal?

Falta tomar consciência de que o nosso mundo rural só poderá persistir se a ambição substituir a sobrevivência.

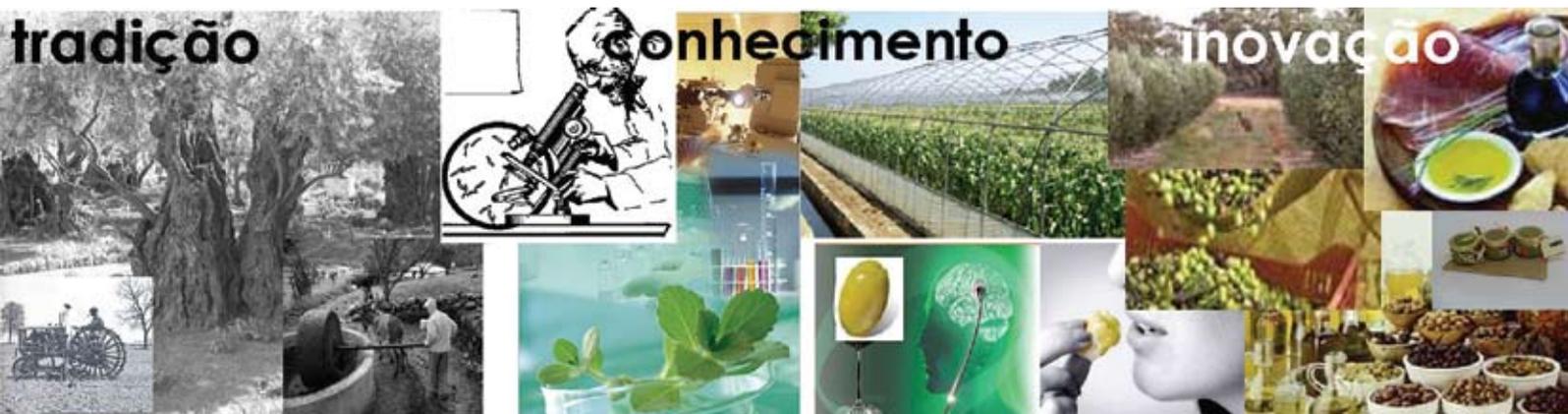
Falta ultrapassar alguns grandes obstáculos, como a dificuldade em fazer diferenciar estratégias comerciais, o défice de formação e informação dos protagonistas em toda a fileira de alguns produtos, a incapacidade de organização.

Falta perceber e encorajar a diversificação de métodos de inovação e de produtos, aproveitando potencialidades regionais intrínsecas, gerando nichos de mercado com muita sabedoria e criatividade, desenvolvendo conhecimento a partir do saber da tradição, apostando no reforço dos elos entre pesquisa e empresas.

Falta pôr em marcha, definitivamente, o engenho que nos é peculiar para se poder retirar proventos da inovação do tradicional.

Falta deixar um quotidiano fossilizado no passado, levantar âncora da inércia e alguma inoperância que traduzem atraso, agarrar objectivos, metas, competências e, acima de tudo, falta buscar liderança e fazer despertar o valioso e desafiador espírito cooperativo. Só organizados e com muita vontade e muita agressividade na promoção dos nossos produtos se poderá recuperar muito do que se deixou para trás e não comprometer, mais ainda, a sobrevivência das gerações rurais que nos seguem e que, tarde ou cedo, com legitimidade vão cobrar!

Vencidas as faltas, com o que contamos, porque temos tantas personagens de histórias de uma agricultura com origens podemos ser capazes de produzir verdadeiras obras de arte possíveis de ser 'vendidas em português!



Novos tempos, novos vinhos

o confronto das mentalidades



Alexandre Carril

Jovem enólogo da região da Bairrada e Terras de Sícó, proprietário da empresa Enocarril

A evolução do mercado que estava muito assente na comercialização a granel de vinhos de qualidade média/baixa, passou a exigir vinhos de mais qualidade e em pequenos volumes.

Passada toda uma época em que o país vivia principalmente da actividade agrícola, novos ventos chegaram à agricultura que a foram transformando, e gradualmente, os filhos dos lavradores foram encaminhados para outras actividades e outros modos de vida. Os mais velhos foram ficando, resignados ao seu modo de vida e sem perspectivas de sucessores, não investiram nas explorações, que sem investimento tornaram-se obsoletas e não geraram as mais valias necessárias ao melhoramento das condições de vida dos seus proprietários. Em consequência as aldeias foram ficando cada vez mais pobres e desertas, algumas acabaram mesmo por desaparecer do mapa, o que resultou numa maior aglomeração em torno das cidades e vilas.

Com o decorrer dos anos foi aumentando a procura dos “sabores tradicionais” que fizessem a muitos dos agora citadinos recordar os tempos de infância. Esta procura permitiu a abertura ao potencial mercado de cidade. No entanto, o perfil alimentar é diferente, e obriga à produção de vinhos num estilo mais “jovem” e “fácil” de agradar a um vasto número de pessoas, falando-se muito no público feminino e nos jovens como potenciais clientes.

Para alcançar esses mercados mais sofisticados as empresas tiveram de se adaptar/inovar os seus produtos, a evolução do mercado que estava muito assente na comercialização a granel de vinhos de qualidade média/baixa, passou a exigir vinhos de mais qualidade e em pequenos volumes. Associado a este facto, a entrada no mercado de trabalho de gente nova com filosofias irreverentes e que trouxeram um novo estilo de vinho para o mercado, serviu de alavanca para uma nova onda de desenvolvimento.

A vaga de interesses gerada na fileira vitivinícola conseguiu captar novos capitais de investimento oriundos de outras actividades económicas que permitiram em conjunto com os fundos comunitários renovar as explorações, não só ao nível da obtenção de matéria-prima de maior qualidade como ao nível da adega com a adesão a técnicas e métodos de trabalho potenciadores de qualidade. Essa mudança obteve-se em muitos casos com uma simples introdução de maior rigor nas normas de higiene e controlo analítico dos vinhos, que permitiram às uvas mostrar o seu potencial. Seguidamente o apetrechamento com as ditas tecnologias, como o controlo de temperatura das fermentações, equipamentos de vinificação menos agressivos para as uvas, o recurso a novos produtos enológicos e esquemas de vinificação diferenciados conforme o estilo de

de vinho, trouxeram ao mercado, vinhos com características mais ao gosto do consumidor.

A progressão foi possível sobretudo graças à inovação nas mentalidades que, começaram a associar o vinho a algo com prestígio social ligado a uma tradição cultural enraizada nos hábitos da bacia mediterrânica, que cultiva a vinha desde tempos muito remotos. A associação do vinho à cultura desenvolveu um espírito crítico fundamentado, que trouxe uma maior capacidade ao consumidor para apreciar melhor o que consome, produziu uma interessante procura pelos vinhos de qualidade a que assistimos até há poucos anos, caracterizada por um aumento da exigência, que aliado ao aumento da oferta que entretanto se verificou, contribuiu para a melhoria da relação qualidade/preço dos vinhos. Ao longo deste trajecto evolutivo a tradição/inovação estiveram sempre mais ou menos ligadas e o marketing lançado para os mercados, deu-lhes o enfoque conforme as suas conveniências.

a entrada no mercado de trabalho de gente nova (...) serviu de alavanca para uma nova onda de desenvolvimento

A tradição permitiu trazer turistas para o reviver vidas passadas e a inovação conseguiu projectá-los para o futuro, ficando desse modo tradição e inovação aliadas definitivamente a um produto que se quer moderno mas que ao mesmo tempo respeite os seus antepassados (históricos, de natureza e humanos). Deste modo tradição e inovação estão interligadas nos métodos tradicionais de produção que só são possíveis respeitando uma série de normas e exigências de controlo no processo produtivo, que resulta em produtos com uma qualidade que se pode “medir”, isto é, além de serem saborosos, os vinhos têm de respeitar parâmetros de segurança alimentar quantificáveis.

Em suma, pode afirmar-se que nos vinhos a tradição tem mais a ver com as castas usadas, o método de as cultivar, o local onde essas castas estão implementadas (o Terroir) e o esquema de vinificação/conservação. A inovação, está na optimização das técnicas de trabalho e no modo como controlamos e registamos todo o percurso desde a vinha até ao consumidor, de modo a obter uma maior rastreabilidade e segurança para o consumidor final.

Azeite

produto mediterrânico

O azeite é um produto desde há muito apreciado pelas populações mediterrânicas, considerado fundamental para a saúde e dieta alimentar. O azeite é catalogado em diversos tipos e o grau de acidez, é um dos parâmetros mais conhecidos. A acidez refere-se à percentagem de ácidos gordos livres existentes no azeite, os quais derivam de uma reacção de hidrólise (azeite em contacto com a água). No entanto, a acidez não perturba a intensidade do sabor, cheiro e cor, os quais são características organolépticas dependentes dos elementos presentes na polpa da azeitona. Cada vez mais o consumidor pretende o melhor e tem uma atenção crescente com a qualidade do azeite que consome, o essencial é preferir um azeite de qualidade. A acidez (indicada como ácido oleico) é o principal factor na avaliação de qualidade do azeite. É o indicador primário da sua pureza e frescura.

De acordo com o Quadro 1, em 2005 a maior produção de azeite concentrou-se na categoria da acidez até 0,8°, verificando-se uma produção baixa de azeite com elevada acidez. A dieta mediterrânica será sempre uma aposta para o início de novos mercados, o impacto do azeite no mercado mundial foi muito grande, tendo em conta as características muito próprias do azeite e da sua economia no conjunto dos vários produtos agrícolas.

Dos países com condições para produção de azeitona, Portugal é o único onde se tem verificado uma diminuição da produção de azeite. Portugal já produziu mais de 120 mil toneladas e actualmente produz cerca de 40 mil toneladas. O consumo de azeite tem vindo a aumentar e presentemente produzimos cerca de metade do que consumimos. De acordo com o INE, Portugal produziu em 2006 uma média de 989 kg/ha de azeitona de mesa e 984 kg/ha de azeitona para azeite, em 2007

prevê-se um decréscimo da produção. As condições meteorológicas desfavoráveis na época da floração e, posteriormente, o tempo quente e seco que condicionam o enchimento dos frutos e ocasionam, associado aos ventos fortes, a queda da azeitona, causam quebras de produtividade. A União Europeia produz cerca de 80% do azeite mundial e consome 72%, por sua vez os países da bacia mediterrânica produzem cerca de 94,5% e consomem 81,5%. Os USA apenas consomem 6,9%. As regiões demarcadas, têm um contributo relevante na distinção do produto, nomeadamente no que se refere à melhoria da qualidade.

A União Europeia produz cerca de 80% do azeite mundial e consome 72%, por sua vez os países da bacia mediterrânica produzem cerca de 94,5% e consomem 81,5%

Quadro 1 - Produção de Azeite por Graus de Acidez e Regiões Agrárias

Regiões agrárias	Azeite obtido			
	Até 0,8°	De 0,9° a 2°	> 2°	
	hl			
Continentes	2005	229.864	81.402	6.908
Entre-Douro e Minho		556	1.483	45
Trás-os-Montes		83.255	13.721	604
Beira Litoral		17.146	23.002	2.162
Beira Interior		27.799	15.819	949
Ribatejo e Oeste		25.718	8.383	1.317
Alentejo		75.025	17.161	915
Algarve		365	1.832	916

Nota: colheita iniciada no ano agrícola indicado e continuada nos primeiros meses do ano seguinte.

Fonte: INE

Quadro 2 - Produtividades

Culturas	Produtividade - kg/ha					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007*
CULTURAS PERMANENTES						
Azeitona de Mesa	1 100	1 062	1 074	710	989	745
Azeitona p/Azeite	589	641	826	558	984	740

*Dados previsionais

Fonte: INE

Oportunidade da fileira das frutas e hortícolas para a instalação, crescimento e desenvolvimento de Jovens Agricultores



José Martino

Engenheiro Agrónomo, Sócio – Gerente da Empresa “Espaço Visual – Consultores de Engenharia Agronómica, L.da”. Presidente da Direcção da APK – Associação Portuguesa de Kiwicultores

A tradição e o saber fazer dos fruticultores e horticultores portugueses aliados a novas tecnologias e boa gestão podem ser responsáveis por casos de sucesso e afirmação na exportação de sub-fileiras das frutas ou hortícolas

Portugal tem condições de solos, mas sobretudo pela amenidade climática que lhe é imposta pela influência do oceano Atlântico, para a produção de frutas e hortícolas precoces. As regiões portuguesas que possuem esta característica não apresentam limitações por falta de disponibilidade de água para rega.

Por outro lado, o elevado número de microclimas que se fazem sentir ao longo do território nacional mesmo em regiões que possuem superfícies mais limitadas são responsáveis pela multiplicidade de produções de variadas espécies hortícolas e frutícolas.

O elevado número de variedades regionais resultante da ampla base genética que existe dentro das espécies aqui cultivadas, pode ser matéria-prima para o melhoramento genético e para o aparecimento de novas variedades e clones diferenciados que podem ser explorados comercialmente com valor acrescentado no mercado internacional.

A tradição e o saber fazer dos fruticultores e horticultores portugueses aliados a novas tecnologias e boa gestão podem ser responsáveis por casos de sucesso e afirmação na exportação de sub-fileiras das frutas ou hortícolas, podendo ser interessantes para a criação de riqueza e emprego.

A sub-fileira do kiwi é um exemplo concreto da importância da exportação na valorização dos kiwis, pois tira partido do maior poder de compra de mercados europeus, os quais estão dispostos a pagar mais por lotes de frutos homogéneos, sem defeitos de forma ou epiderme, saborosos, mais doces, certificados em Eurepgap, com capacidade de conservação frigorífica, etc., apresentados sob marcas de valor acrescentado, com recurso a marketing moderno e eficaz que tira partido da mais valia, a origem “Portugal”.

As sub-fileiras das frutas e das hortícolas são actividades modernas, com rentabilidade intrínseca em cada um dos elos seus constituintes, são na minha opinião actividades produtivas muito interessantes para a instalação, crescimento e desenvolvimento de jovens agricultores.

Os desafios que se colocam aos potenciais jovens agricultores passam, pela definição para cada região do país de modelos técnico económicos que determinem as dimensões mínimas que se aproximem daquelas que são as economias de escala (deste modo, criam-se condições para que exista uma dimensão de actividade que possa sustentar a família do jovem agricultor e suportar a quota parte de capitais próprios necessários para o crescimento da actividade), pelo acesso ao financiamento para o

investimento inicial e primeiros anos de actividade (subvenções do PRODER, capitais próprios, crédito e capital de risco) e pela aquisição de competências técnicas e de gestão.

Apesar dos potenciais interessados em instalarem-se na agricultura poderem à partida sentir a frustração das limitações, tenho a certeza que vale a pena lutarem porque se procurarem o apoio das associações sócio-profissionais dos jovens agricultores e da actividade/sub-fileira que pretendem abraçar, os serviços das empresas de consultoria com provas dadas na montagem de processos de 1.ª instalação de jovens agricultores e das organizações de comercialização que têm interesse nos produtos, certamente conseguirão começar a sua vida profissional na agricultura e obter o sucesso que sonham e ambicionam.

As sub-fileiras das frutas e das hortícolas são actividades modernas, com rentabilidade intrínseca (..) muito interessantes para (...)jovens agricultores

Os apoios são muito importantes para que se consigam instalar os menos de cinco mil jovens agricultores que o Ministério da Agricultura propôs à Comissão Europeia, mas defendendo que mais importante é a capacidade pessoal de cada jovem para correr riscos, a sua determinação e obstinação em ter sucesso, a sua persistência na ultrapassagem dos inúmeros problemas e na busca de informação pormenorizada de tudo que diga respeito à actividade que abraçou. Atendendo aos riscos que assume o jovem agricultor, defendendo que só deveria candidatar-se através de Sociedade Unipessoal por Quotas.

Tenho a certeza que se fosse implementada uma Unidade de Missão / Parceria entre o Ministério da Agricultura e as suas Direcções Regionais, a AJAP, as Entidades sócio-profissionais e económicas das diversas fileiras hortofrutícolas, Agroagrarante, empresas de capital de risco, etc. com o objectivo de criar condições económico-financeiras para a entrada de jovens na agricultura que se iriam ultrapassar largamente os objectivos propostos pelo Ministério da Agricultura para os próximos seis anos.

Contribuição da investigação no desenvolvimento de ferramentas de apoio à gestão sustentada do montado de sobreiro

As quercíneas estão disseminadas por todo planeta e têm um papel ecológico relevante em muitos ecossistemas florestais. Os seres humanos cedo se aperceberam do seu valor como fonte de alimento (quer directamente por utilização do fruto, quer indirectamente através da caça e silvopastorícia) e de madeira (para combustível e construção). Na bacia do mediterrâneo e península Ibérica, surgiu uma formação florestal artificial por acção do homem sobre as florestas naturais de quercíneas (sobreiro, azinheira, carvalho português, negral, alvarinho) designada por montado. Como sistema de produção, o montado é um sistema multifuncional sendo descritas muitas variantes que vão do agro-florestal ao agro-silvo-pastoril. Em Portugal continental, as espécies exploradas em sistema de produção montado são o sobreiro (montado de sobreiro) e a azinheira (montado de azinho) que ocupam uma área de aproximadamente de 1.2 milhões hectares (750000 ha de montado de sobreiro e 450000 ha de montado de azinho) (DGF-IFN, 2000). O montado de sobreiro representa um enorme valor sócio-económico, ambiental e patrimonial para Portugal e pode ser o alicerce do desenvolvimento rural em parte importante do País. Apesar da sua importância, tem-se assistido nas últimas décadas a uma degradação do sistema produtivo do montado de sobreiro. Este facto deve-se particularmente à baixa regeneração dos povoamentos e a fenómenos cíclicos de mortalidade (Maçara, 1988, Cabral et al., 1993, Diniz, 1994). Assim, tem-se observado uma diminuição da densidade dos povoamentos que em algumas situações atinge proporções alarmantes, comprometendo a sua continuidade. Já Natividade (1950) referia os problemas de regeneração natural detectados, e alertava para as inevitáveis quebras de produção decorrentes. Mais tarde, (DGF, 1989), volta a alertar para a deficiente regeneração natural, baixas densidades e deficiente estrutura dos povoamentos de sobreiro, factos que podem comprometer, a médio longo prazo, as produções nacionais de cortiça. Face ao panorama actual torna-se necessário integrar a regeneração (natural/artificial) nas acções de gestão. A regeneração natural/artificial é um processo complexo e o recrutamento de novos indivíduos é fortemente afectado pela mortalidade, mesmo em anos climáticos favoráveis. Uma efectiva regeneração pode ocorrer apenas em anos muito favoráveis. Mesmo assim, o pastoreio e a intervenção no solo podem impedir o sucesso. Assim, apesar de um aumento de área de 10% em relação ao valor de 1995 (DGF-IFN, 2001), há muitos montados em que falta a regeneração.

Isto é especialmente crítico nos casos onde se fez sentir a mortalidade precoce das árvores.

Com o sistema de produção, o montado é um sistema onde podem ocorrer conflitos de interesses entre, e.g., a maximização da produção de cortiça, a maximização da pastorícia, manutenção de um coberto constante e uma estrutura sustentável com garantia de regeneração e minimização dos riscos de erosão. No passado recente ocorreram mudanças na gestão dos montados principalmente com a crescente mecanização e redução na mão-de-obra que, combinadas com a instalação de novos povoamentos, criaram a necessidade de desenvolvimentos de instrumentos de apoio à decisão para otimizar a gestão dos povoamentos na óptica da sua sustentabilidade (Ribeiro et al. 2004). Um sistema de apoio à decisão (SAD) é um conjunto flexível e interactivo de ferramentas informáticas que integram os pontos de vista do responsável pela decisão, com capacidades de processamento de informação para melhorar a qualidade da tomada da decisão. Na sua base têm que estar adequados modelos de simulação da produção (Ribeiro et al. 2004). Tendo em vista o apoio à gestão sustentável dos povoamentos de sobreiro uma equipa multidisciplinar conjunta do ICAM-UE e do DEF-ISA em estreita colaboração com as associações de produtores florestais (APFC, ACHAR e ANSUB) tem desenvolvido trabalhos de investigação sobre uma grande parte das componentes do sistema (www.agroreg.uevora.pt). No âmbito desta colaboração foi desenvolvido o software ECCORK que é um SAD que integra sub modelos constituídos por funções objectivo, baseadas em índices de carácter económico e ecológico. O ECCORK usa o modelo crescimento espacial de árvore CORKFITS (Ribeiro et al., 2006). Os modelos de árvore espaciais são constituídos por sub modelos que estimam o crescimento e mortalidade das árvores dependentes da qualidade da estação e competição permitindo prever os efeitos de opções de gestão no desenvolvimento das árvores. O modelo CORKFITS é constituído por sub-modelos de crescimento em altura total, área de projecção horizontal das copas e em área seccional (lenho e cortiça). Um modelo logístico de mortalidade. Um modelo gerador de estrutura ajustado para os ingresos de árvores jovens (Ribeiro et al., 2006). Os modelos CORKFITS e ECCORK estão disponíveis através do endereço (www.corkfits.net) em versões de demonstração sendo no entanto necessário para estudos mais detalhados entrar em contacto com a equipa ICAM-UE.



Nuno de Almeida Ribeiro

*Professor
Universidade de Évora*

O montado de sobreiro representa um enorme valor sócio-económico, ambiental e patrimonial para Portugal e pode ser o alicerce do desenvolvimento rural em parte importante do País.

Azeite, Hortofrutícolas e

Dieta Mediterrânica



Alexandra Bento

Presidente da Direcção da Associação Portuguesa dos Nutricionistas

Os resultados dos estudos científicos evidenciam que a DM está associada, entre outros, à diminuição do risco de doença cardiovascular, cancro, diabetes e até declínio cognitivo, e aumento de qualidade de vida e longevidade

O termo Dieta Mediterrânica (DM) reflecte padrões alimentares, descritos no final da década de 50, praticados especialmente em Creta, mas também noutras zonas da Grécia, no Sul de Itália e também, ainda que com algumas variações, na bacia do Mediterrâneo Oriental, onde se inclui Portugal. Este termo refere-se particularmente aos padrões alimentares praticados em zonas da região mediterrânica onde se cultivava a oliveira.

A DM caracterizava-se, no geral, pela abundância de hortaliças, legumes e frutos frescos; pelo consumo de cereais pouco refinados, frutos secos, sementes e leguminosas secas, laticínios à base de queijo e iogurte; consumo de peixe, ovos e aves, em detrimento de carnes vermelhas; vinho, especialmente tinto, às refeições. Realizavam-se cerca de 4 a 5 refeições diárias, à mesa com familiares ou amigos, confeccionadas de forma simples, cujos ingredientes incluíam, obrigatoriamente, azeite, alho e cebola. O azeite era, de facto, a gordura de eleição. Ao contrário dos tempos modernos, os dias de festa diferenciavam-se bem dos dias comuns.

Na última década tem-se vindo a dar um ênfase especial à DM. Isto porque, apesar do elevado consumo de gordura, os resultados dos estudos científicos evidenciam que a DM está associada, entre outros, à diminuição do risco de doença cardiovascular, cancro, diabetes e até declínio cognitivo, e aumento de qualidade de vida e longevidade.

Ao contrário de outras dietas ricas em gordura, como a dieta típica ocidental, a maioria da gordura da DM provém de um único componente alimentar – o azeite. Isto explica o facto da dieta mediterrânica ser baixa em gordura saturada, colesterol e gordura trans e rica em gordura monoinsaturada.

A composição em ácidos gordos do azeite é semelhante à de outros óleos vegetais, como os óleos de girassol, soja e canola. No entanto, estes óleos necessitam de ser refinados antes do consumo, o que altera a sua composição original. O azeite, por sua vez, é obtido a partir de processos mecânicos e físicos que não induzem alterações da composição. Além de ser rico em ácido oleico, o azeite é ainda fonte de outros compostos que evidenciam características benéficas para a saúde, como por exemplo, vitamina E, fitosteróis, carotenoides e compostos fenólicos. São vários os estudos que demonstram que a substituição da gordura saturada da dieta, por gordura monoinsaturada, contribui para a diminuição dos níveis de colesterol LDL (mau colesterol). Também se verifica que os níveis

de colesterol HDL (bom colesterol) aumentam e os níveis de triglicéridos diminuem em dietas ricas em ácidos gordos monoinsaturados, comparativamente a dietas pobres em gordura e ricas em hidratos de carbono.

Acresce também que o consumo de azeite está relacionado com o aumento da resistência à oxidação das lipoproteínas e gorduras insaturadas, conferida pela qualidade e proporção de ácidos gordos que fornece e também pelo seu conteúdo em antioxidantes.

Além de contribuir para a melhoria do perfil lipídico, alguns trabalhos sugerem que o consumo de azeite contribui também para a redução de outros factores de risco de doença cardiovascular. Assim, parece estar associado, entre outros, a uma diminuição da pressão arterial, à melhoria do metabolismo da glicose, exerce efeitos anti-inflamatórios e anti-trombóticos.

Com base nas evidências científicas, a Food and Drug Administration, autorizou, em 2004, o uso de uma alegação nutricional para o azeite, que refere que uma dose de cerca de duas colheres de chá (23 g) diariamente, em substituição da mesma quantidade de gordura saturada, contribui para redução do risco de doença coronária.

A abundância de hortofrutícolas é outra das características da DM, que, infelizmente, caiu em desuso no padrão alimentar actual. Estes alimentos são, de um modo geral, fornecedores insubstituíveis de minerais (potássio, zinco, cálcio, magnésio, cobre, etc.), de algumas vitaminas (especialmente vitamina C), de diversos compostos protectores e de fibra alimentar. Apesar da riqueza em micronutrientes, fornecem quantidades reduzidas de calorías e, por isso, dizem-se alimentos de elevada densidade nutricional.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, o baixo consumo de frutos, hortaliças e legumes está entre os 10 factores de risco para a morte prematura e é responsável por cerca de 19% dos cancros gastrointestinais, 31% da doença cardiovascular isquémica e por 11% dos enfartes do miocárdio.

Estudos indicam que a ingestão regular de hortofrutícolas ajuda, entre outros, na regulação do apetite, na manutenção do peso dentro dos parâmetros saudáveis, na regulação dos níveis de colesterol, na regulação do trânsito intestinal, na regulação da pressão sanguínea... Desta forma, o consumo destes alimentos é fundamental para combater patologias como diabetes, excesso de peso e obesidade, doenças cardio-vasculares e diferentes tipos de cancro. A OMS recomenda o consumo mínimo diário de 400 g de hortofrutícolas.

Comer localmente, Pensar globalmente

Eu compro português. Refiro-me aos produtos de agricultura. Seja no mercado, na chamada praça, seja no supermercado, todos os produtos frescos de agricultura são obrigados a ter indicado no expositor o país de origem. E portanto, entre a Argentina e Portugal, escolho Portugal, entre a Espanha e Portugal, escolho Portugal, entre Israel e Portugal, escolho Portugal. E defendo esta escolha. Não a faço por qualquer patrioteirismo mais ou menos lírico e bacôco, mas por razões práticas e concretas. Penso que se deve consumir aquilo que é produzido junto de nós, à nossa volta, por pessoas que nos rodeiam, falam a nossa língua, que podiam ser da nossa família ou que já o foram mesmo em tempos remotos. Os produtos frescos, legumes e fruta, chegam deles até nós, com mais possibilidades de conservar essa frescura, sem que ela seja muito forçada por produtos de conservação.

os legumes frescos e a fruta são bons para a saúde. São bons na prevenção das doenças cardiovasculares e na prevenção de alguns cancros

Por outro lado o caminho que esses produtos fazem desde o campo em que são produzidos até à bancada do meu mercado é um pequeno caminho, comparado com a longa distância que nos separa da Argentina, de Israel, de França ou mesmo de Espanha. Desse modo a fruta que estou a comer, gastou pouco combustível para chegar até mim. Não concorro para o absurdo que é consumir combustível, que é um recurso limitado, libertar CO₂, aquecer o planeta, para que me tragam uma maçã de Israel ou da Argentina, quando tenho uma igual ou melhor aqui ao lado. Isto faz parte da esquizofrenia (que outro nome é que há?) económica e é bom que toque o sinal de alarme dentro da nossa cabeça. Será que todos os nossos gestos terão que ser alienados e automáticos sem que possamos reflectir uns segundos sobre eles? Ou seja, estamos disponíveis para nos manifestarmos como de

clarados ecologistas de alma e coração, de papel e de boca, mas estamos indirectamente a poluir o planeta com as nossas escolhas absurdas?

Escolho os produtos portugueses também porque o futuro é imprevisível. Não sei se pode haver uma crise, uma epidemia, uma catástrofe. Sei que o meu país não é auto-suficiente em alimentos, mas quanto menos dependente for melhor... Por tudo isto penso que deveria haver a "excepção agrícola", com protecção dos produtos agrícolas (e do pescado) portugueses.

A globalização é muito bonita para os globalizadores. Mas esses, os que ganham com a abertura do comércio mundial, os EUA, a França, a Alemanha, estão sempre dispostos a proteger os seus produtos quando isso lhes dá jeito. Ou seja globalizam para fora e protegem para dentro. Claro que o confronto com produtos de outros países tem a sua vantagem, que é a competição na qualidade. Passámos pelo período de protecção absoluta no Estado Novo em que se produzia toda a espécie de porcarias, as quais tinham o mercado exclusivo e garantido das colónias. Isso levou à estagnação de alguns sectores, a um atraso e a uma falta de qualidade, da qual ainda estamos a pagar a factura.

No entanto, hoje temos muito bons produtos, nos legumes, na fruta, nos lacticíneos, na agropecuária, nos produtos conservados.

É sabido e está provado que os legumes frescos e a fruta são bons para a saúde. São bons na prevenção das doenças cardiovasculares (coração e cérebro) e na prevenção de alguns cancros. Têm vitaminas, sais minerais e fibras insubstituíveis. A sopa é um alimento excelente – cheia de vegetais, com a água de coser os mesmos conservando nutrientes, desinfectada porque levanta fervura e saciante. No prato principal devemos ocupar metade com vegetais, mas lá estarão também os "farináceos" – batatas, arroz, massa- e um pouco de carne, peixe e ovos. A fruta pode ser distribuída pelas refeições do dia. E o leite e derivados são indispensáveis.

Claro que prefiro os vegetais e a fruta sem fertilizantes e pesticidas químicos. Que bom que é podermos dar uma dentada numa maçã com a certeza de que não estão ali insecticidas! Mas também nessa área pode ser feito um esforço de qualidade e essa qualidade é uma distinção no mercado.

Pergunto-me porque é que há tão poucas campanhas para se comerem produtos portugueses. Porque não há mais publicidade a boas novidades na área agrícola, porque as há, que



Isabel do Carmo

*Médica endocrinologista,
Hospital de Santa Maria,
Faculdade de Medicina de Lisboa*

vêm ao encontro das preocupações em saúde.

Calculo que não há porque as campanhas... custam dinheiro. E entretanto são os produtos estrangeiros e prejudiciais para a saúde que nos entram pelos olhos dentro. E sobretudo que entram pelos olhos dentro das nossas crianças.

A Olivicultura no Concelho de Sousel



O Sector Olivícola é actualmente importantíssimo para o Concelho de Sousel com indiscutível relevância económica, social e rural. Neste contexto foi estabelecido um Protocolo entre a AJAP e a Câmara Municipal de Sousel para desenvolver um estudo (através das técnicas dos Gabinetes de Sousel e Borba), relativamente à Olivicultura, uma das actividades agrícolas mais representativas do Concelho de Sousel.

Sendo o objectivo deste estudo, a caracterização do sector olivícola no Concelho, foi realizado um levantamento a nível de áreas de sequeiro e regadio, nº de oliveiras, idade do olival, compassos, variedades, entre outros aspectos.

Aos dados recolhidos foi efectuado um tratamento estatístico de esquematização que envolveu o contacto com os olivicultores de todo o Concelho de Sousel e com as cooperativas de concelhos limítrofes.

Material e Métodos

O estudo decorreu no período de Março a Outubro de 2007 no concelho de Sousel e nas suas quatro freguesias (Sousel, Cano, Casa Branca e Santo Amaro) e respectivas Coope-

rativas (Coop. Agr. de Sousel, Coop. Agr. de Cano, Coop. Agr. de Casa Branca e Olidal) com a seguinte metodologia:

- Solicitação ao IFAP e Direcção Regional de Agricultura do Alentejo de informação acerca do sector olivícola do concelho de Sousel e Concelhos Limítrofes;
- Solicitação às Cooperativas do Concelho de informação sobre as produções, a comercialização de azeite e sobre os seus sócios;
- Consulta da base de dados de parcelários dos sócios das cooperativas;
- Realização de um documento individual para cada olivicultor, com a sua caracterização e das suas parcelas de olival (nº de parcelário, nome da parcela, concelho e freguesia, área, variedade, compasso, irrigação e idade do olival);
- Inquérito directo aos sócios das cooperativas para confirmação dos dados já informatizados no documento individual;
- Inquérito via telefone e/ou aos Órgãos Directores das Cooperativas sobre os sócios que não compareceram no inquérito directo;
- Informatização de toda a informação de cada cooperativa e freguesia do concelho;
- Apresentação pública do trabalho realizado (15.11.2007).

Quadro 1 - Área de Olival por Cooperativa

		Coop. de Cano	Coop. de Casa Branca	Coop. de Sousel	Olidal
Área (ha)	Concelho Sousel	1.120,38	1.1642,34	1.162,07	173,37
	Concelhos Limítrofes	162,50	128,88	948,22	727,93
	TOTAL	1.282,88	1.771,22	2.110,29	901,30

Quadro 2 - Número de Olivicultores por Cooperativa

		Coop. de Cano	Coop. de Casa Branca	Coop. de Sousel	Olidal
N.º Olivicultores	Concelho Sousel	87	98	130	1
	Concelhos Limítrofes	3	9	51	4
	TOTAL	90	107	181	5
% Olivicultores presentes no inquérito		53%	28%	33%	100%

Resultados

Os Quadros 1 e 2 representam as áreas e número de olivicultores de cada cooperativa. Neste estudo foi também efectuada a caracterização da classe etária dos olivicultores. Caracterização essa, representada no Gráfico 1, observando-se que predomina a classe etária com mais de 66 anos, seguida da classe compreendida entre os 36 a 56 anos. Foi também questionado aos olivicultores a intenção sobre a continuidade da sua actividade no sector olivícola. A esta questão cerca de 95%, respondeu afirmativamente, que os próprios ou familiares, iriam continuar no sector.

Em relação às áreas de sequeiro e regadio de olival das cooperativas, podemos observar no Gráfico 2, que é o sistema de sequeiro que predomina, com excepção do Olidal, em que toda a sua área de olival é de regadio. No entanto, podemos observar, que a Cooperativa de Casa Branca é a que apresenta uma área de regadio já bastante significativa, na ordem dos 739 ha.

É também de salientar que em relação às variedades dominantes temos a variedade Galega como principal, associada à classe etária do olival de 50 a 100 anos, seguida da variedade Cobrançosa com uma classe etária variável entre 25 anos a menos de 5 anos. Regista-se como excepção a Olidal, em que as variedades dominantes são a Picual e a Arbequina numa classe etária de 25 anos a menos de 5 anos.

No Gráfico 3 estão representados os dados da produção actual (ano 2007) e da produção prevista para os próximos 5 anos, na área de regadio. Estes dados foram obtidos no inquérito realizado aos olivicultores de cada cooperativa, em que podemos observar que a produção prevista para o prazo de 5 anos é significativamente superior à actual.

Em relação às produções de cada cooperativa, foi feito o estudo dos últimos 20 anos, em que a Olidal não surge, uma vez que é uma cooperativa mais recente. Podemos então observar no Gráfico 4 a produção mínima, máxima e a média para cada uma, em que a Cooperativa de Casa Branca é a que apresenta maior valor na média e no máximo da produção.

De acordo com os resultados do estudo é previsível um acréscimo da quantidade de azeitona produzida e laborada nos próximos 5, 10, 15 anos. Este factor coloca a questão de capacidade de transformação instalada uma vez que a registar-se o acréscimo de produção previsto esta não será suficiente para transformar em tempo útil e com qualidade a azeitona produzida e entregue.

Estes aumentos de produção e transformação obrigam a pensar com muito rigor a realidade de cada uma das cooperativas e como aproveitar as verbas que o Proder 2007-2013 vai colocar à disposição de um sector identificado como fileira estratégica para o sector agrícola nacional.

Gráfico 1 – Caracterização da Classe Etária dos Olivicultores

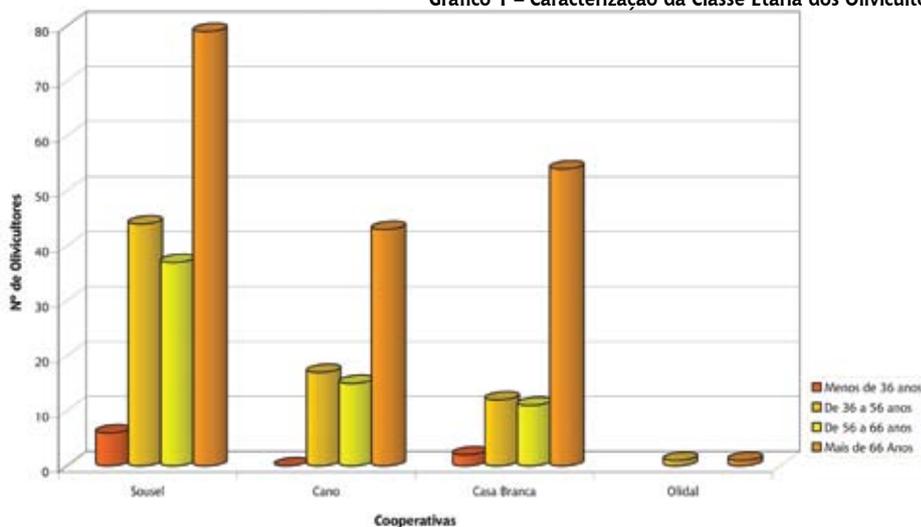


Gráfico 2 – Representação das áreas de Regadio e Sequeiro das Cooperativas

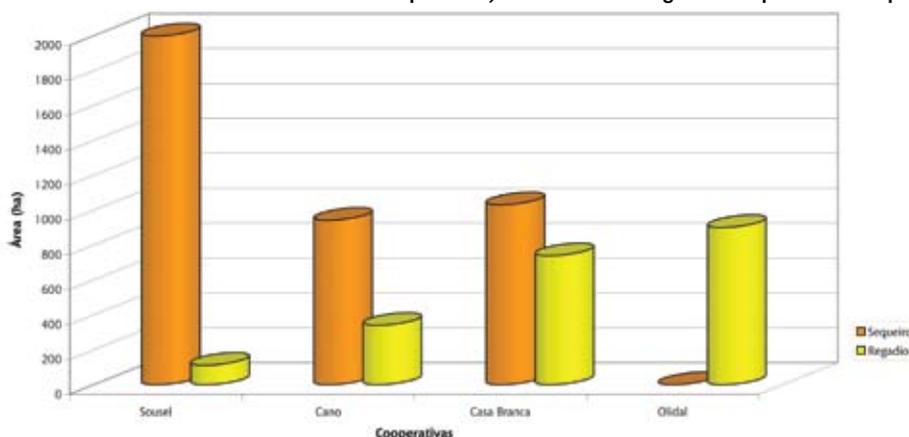


Gráfico 3 – Projeções da Produção Actual e Prevista (5 anos) na área de regadio

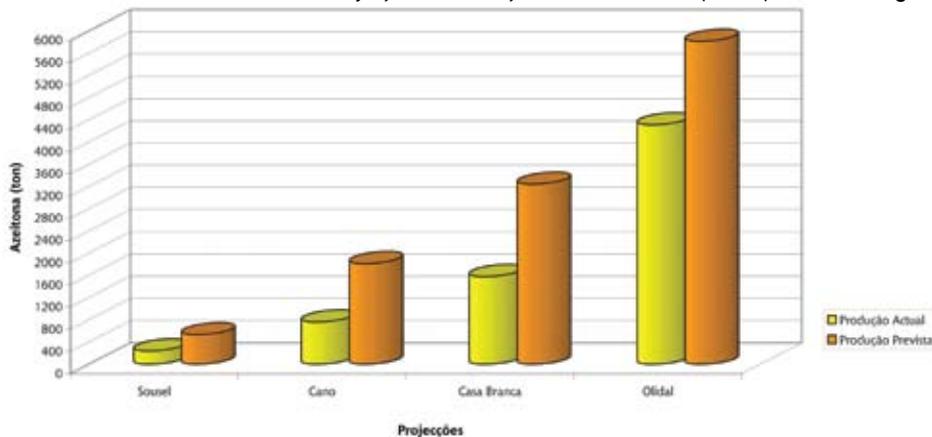
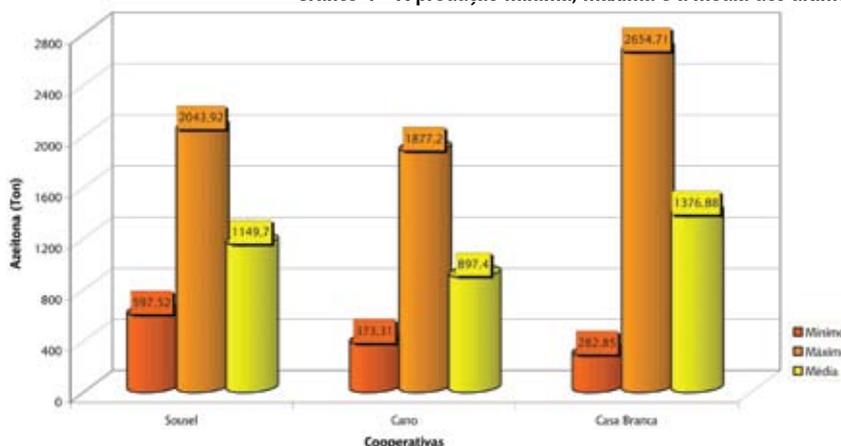


Gráfico 4 – A produção mínima, máxima e a média dos últimos 20 anos



Um laboratório com 35 hectares !



Prof. José Oliveira Peça, Prof. Anacleto Cipriano Pinheiro, Prof. António Bento Dias

**Universidade de Évora
Departamento de Engenharia Rural
ICAM**

Os olivais (...) descritos são uma infra-estrutura notável no panorama da investigação e desenvolvimento experimental da olivicultura em Portugal

Introdução

A falta de um olival experimental para a realização de estudos cujos resultados pudessem ter validade científica era há muito sentida pelos diferentes agentes da fileira olivícola. Em 1998, depois de algumas reuniões onde entrevistaram elementos pertencentes a diferentes entidades ligadas à fileira foi decidido instalar, no Centro Experimental dos Lameirões (Safara) duas infra-estruturas: olival-laboratório-intensivo (Fig.1) e olival-laboratório-super-intensivo (Fig.2).

1 – Olival-laboratório-intensivo

Em 1998, foi acordado que seria pertinente estudar o comportamento das cultivares ‘Galega’, ‘Verdeal’ e ‘Cordovil’ sujeitas a três diferentes dotações de rega plantadas em três compassos diferentes (7mx4m; 7mx6m; 7mx10m).

Na área disponível foi projectado o olival experimental em que as três variáveis definidas, cultivares, compassos e dotações de rega poderiam ser estudadas em três repetições. Foram assim definidos 81 talhões, 27 por repetição. Os talhões foram casualizados dentro das repetições ocupando uma área total de 27,2 ha.

A plantação foi iniciada no Outono de 2001 sendo efectuada ao covacho com rega de plantação imediata, tendo-se prolongado até Fevereiro de 2002. Foram assim plantadas 9.577 árvores que constituem o olival-laboratório-intensivo. Nos 4 hectares, circundantes dos 81 talhões, foram plantadas 414 oliveiras da variedade ‘Cobrançosa’.

2 – Olival-laboratório-super-intensivo

O comportamento das variedades portuguesas em compassos apertados continua uma dúvida presente em grande parte dos agentes ligados à fileira olivícola. Conjunturas várias tornaram possível a plantação, em 2,04 hectares, de um olival com densidades que variaram desde as 625 árvores por hectare até às 1850 árvores por hectare. Neste olival experimental pretende-se avaliar a adaptação de algumas variedades portuguesas, em confronto com uma variedade espanhola já em utilização em plantações em Espanha e em Portugal, a esta nova forma de condução do olival. Foram usados dois compassos, C1 = 4m x 1,35m e C2 = 4m x 2m e feitas três repetições.

As variedades portuguesa plantadas fo-

ram: ‘Azeiteira’, ‘Cobrançosa’, ‘Cordovil’, ‘Galega’, ‘Redondil’ e ‘Verdeal’. A ‘Arbequina’ foi a variedade espanhola.

O olival foi plantado segundo um desenho factorial tendo 14 combinações de tratamentos por repetição.

Em cada variedade, o compasso C1 tem 3 linhas com 20 árvores e o compasso C2 tem 3 linhas com 29 árvores. Atendendo a que existem 3 repetições o número total de árvores por variedade é 441.

3 – Outras estruturas

Outras estruturas já estavam presentes no Centro Experimental dos Lameirões quando da instalação dos olivais laboratório. São elas: o olival intensivo e o olival tradicional.

3.1 - Olival Intensivo 7m x 3.5m (Fig.3): Plantado em 1991, tem 4,7 hectares e engloba as cultivares ‘Azeiteira’, ‘Cobrançosa’ e ‘Picual’ em iguais percentagens de área.

Foi plantado num compasso de 7mx3,5m com o objectivo de estudar o efeito que diferentes tipos de fertilização têm no crescimento e na produção das oliveiras de diferentes cultivares. Aspectos diversos levaram a que este estudo não tivesse seguimento tendo, no entanto, esta infra-estrutura sido utilizada para realizar outros estudos relacionados com a mecanização das diferentes operações culturais, a conservação do solo e da água e a fertilização.

3.2 - Olival Tradicional (Fig.4): Tem cerca de 80 anos e ocupa uma área de 42,78 ha. A variedade ‘Cordovil’ ocupa 42,78% da área, a variedade ‘Verdeal’ 30,22% e a variedade ‘Galega’ 20%.

4– Projectos executados e em execução

Se bem que algumas linhas de investigação iniciadas não tenham presentemente projectos financiados continuam a ser feitas as avaliações possíveis tentando não comprometer a validade da informação entretanto recolhida.

Olival Tradicional

Projectos executados:

AGRO 94 – “A mecanização da poda e do tratamento dos seus resíduos no olival”.

Projectos a decorrer:

AGRO 728 – “Influência da rega e do controlo

fitossanitário na produtividade e na qualidade do azeite de olivais tradicionais na margem esquerda do Guadiana”.

Olival Intensivo

Projectos executados:

PEDIZA 99.64.6332.9 – “Influência da mobilização do solo em olivais nas propriedades do solo e na transitabilidade dos equipamentos”.
 AGRO 266 – “A cobertura vegetal do solo dos olivais em alternativa às mobilizações tradicionais. Avaliação comparativa das práticas e dos seus efeitos”.
 AGRO 271 – “Colheita e recolha mecanizada em olivais de maior densidade (+/- 300 árvores por hectare)”.

Projectos a decorrer:

PEDIZA II nº 2005.64.003786.6 “Avaliação da produção de azeitona e da qualidade do azeite da cultivar Cobrançosa sujeita à aplicação de azoto e de potássio através da água de rega”

Olival-laboratório-intensivo

Projectos executados:

AGRO 298 – “Técnicas de manejo do olival na fase de pós-instalação tendo em vista redução de custos e a protecção do ambiente. Influência no coberto vegetal nas características físicas e químicas do solo e quantificação do desenvolvimento vegetativo da oliveira em função da dotação de rega”.
 PEDIZA II nº 2003.64.001459.7 “Estudo da influência da densidade, da condução e da quantidade de água de rega na precocidade e na produtividade das principais cultivares de oliveira na margem esquerda do Guadiana”.

Conclusão

Os olivais atrás descritos são uma infra-estrutura notável no panorama da investigação e desenvolvimento experimental da olivicultura em Portugal. Como qualquer laboratório deve ter gente a trabalhar e desenvolver o conhecimento para o país. Só a esta escala será possível extrair conhecimento que passe directamente para os olivicultores. É necessário que o poder político em geral e os programas de I&DE em particular permitam manter este laboratório em actividade. A comunidade ligada à investigação na olivicultura saberá aproveitar as oportunidades que forem dadas.

Figura1 – Olival Laboratório Intensivo



Figura 3 – Olival Intensivo 7mx3,5m



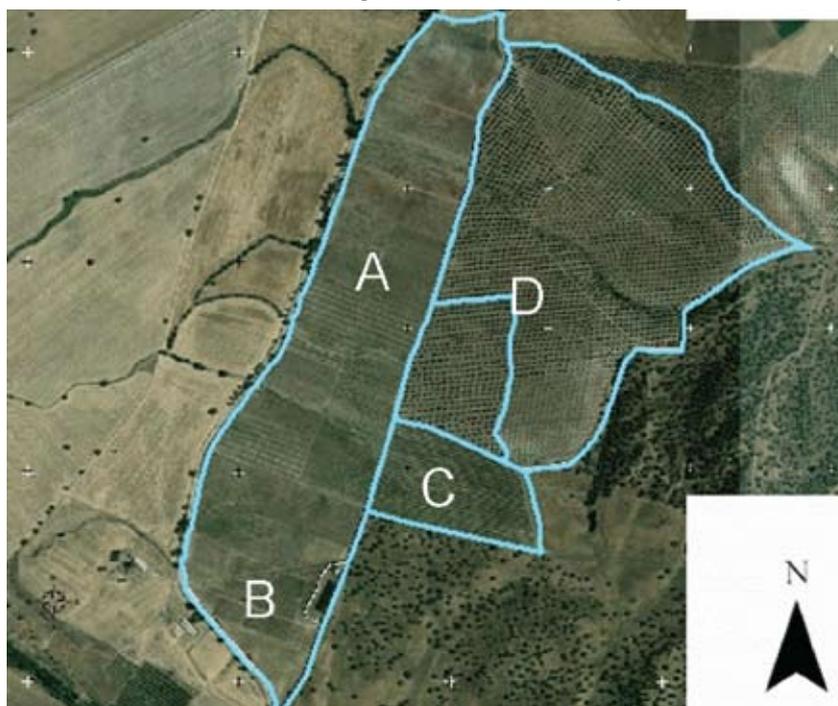
Figura 2 – Olival Laboratório Super-Intensivo



Figura 4 – Olival Tradicional



Figura 5 – Olivais do Centro Experimental dos Lameirões



Legenda:
 A - Olival Laboratório Intensivo B - Olival Laboratório Super-Intensivo
 C - Olival Intensivo D - Olival Tradicional

MOSCA DA AZEITONA



Classificação científica

Reino: Animalia
 Filo: Arthropoda
 Classe: Insecta
 Ordem: Díptera
 Subordem: Brachycera
 Família: Tephritidae
 Género: Dacus
 Espécie: *Bractocera oleae* (Gmelin)

A oliveira é uma planta que tem numerosas espécies fitófagas, entre elas encontra-se a mosca da azeitona (*Bractocera oleae*), uma das principais pragas que, dependendo dos anos, pode causar danos avultados na produção de azeitona.

No nosso país esta praga manifesta-se em 3 zonas de acordo com o mapa da figura 1 e com diferentes graus de incidência. De ligeiros na zona 1 a graves na zona 3, em resultado das respectivas condições de temperatura e humidade.

Figura 1



Ciclo da Vida

A maior parte da população passa o Inverno no estado de pupa no solo, emergindo no final da estação. Os adultos provenientes das pupas invernantes aparecem no princípio da Primavera (Março-Abril) alimentando-se de substâncias açucaradas e azotadas da oliveira.

As posturas têm início quando os frutos apresentarem as características adequadas, em que entram diversos factores ligados à dimensão do fruto, consistência da epiderme e da polpa, lenhificação do caroço, riqueza em gorduras e

variedade de azeitona.

Cada fêmea põe em média 3 ovos por hora num total de 10 a 12 ovos por dia.

Através do seu ovíscapto, a fêmea deposita um pequeno ovo esbranquiçado com pouco menos de 1mm de comprimento com forma cilíndrica alongada, debaixo da epiderme do fruto. Depois de um período de incubação variável, segundo as condições climáticas, nasce a larva que se desenvolve no interior dum galeria feita na polpa da azeitona. No início esta galeria é estreita e sinuosa, depois vai aumentando até formar uma cavidade que ocupa uma parte importante do fruto. Nesta galeria a larva passa pelos seus diferentes estados larvares até atingir o final do seu desenvolvimento, acabando por pupar numa câmara no interior do fruto. Depois de pupar, emerge o adulto voltando a repetir-se o ciclo anteriormente descrito. A duração média do ciclo biológico depende em grande parte das condições climáticas, variando entre 30-80 dias no Verão a 130-160 dias no Inverno.

No Verão, a duração dos diferentes estados evolutivos são: Ovos de 2 a 4 dias, larvas entre 10 a 12 dias, pupas uns 10 dias. Isto significa que a duração de uma geração estival está compreendida entre 32 a 36 dias.

No Inverno: Ovos de 12 a 14 dias, as larvas 14 dias, as pupas 47 a 49 dias, o que significa que desde a fecundação até à saída dos adultos ocorre um período de 134 a 143 dias.

As condições climáticas são muito influenciadoras da evolução da praga. As posturas são inibidas a partir dos 30°C, ocorrendo elevada mortalidade de ovos, larvas e até adultos acima dos 35°C. As temperaturas óptimas de desenvolvimento variam entre 20 e 25°C.

Quadro 1

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
+	+	+	+	+	++	+++	+++	+++	+++	++	+
						oo	oo	ooo	ooo	oo	
..

+ Adultos ○ Ovos - Larvas • Pupas

O número de gerações varia entre 2, com clima mais frio, e 4, com clima mais ameno.

Estragos/prejuízos

Os estragos causados pela mosca da azeitona podem ser directos, no caso das azeitonas de mesa, ou indirectos, no caso de azeitonas para azeite.

No caso das azeitonas de mesa ocorre uma depreciação dos frutos, mediante a destruição parcial da polpa e queda dos mesmos. Na azeitona para azeite verifica-se a acidificação do azeite, provocada pela entrada de ar nas galerias feitas pelas larvas, ar esse que origina a hidrólise e oxidação dos óleos.

Meios de protecção

A monitorização da evolução da mosca é feita por capturas de adultos em armadilhas cromotrópicas amarelas e armadilhas sexuais e ainda pela observação dos frutos atacados com larvas nos diferentes estados.

As contagens dos adultos nas armadilhas e as observações efectuadas nos frutos permitem seguir a evolução da mosca, estimar os níveis de infestação dos olivais e determinar a oportunidade das intervenções a efectuar.

O sucesso da luta química depende da oportunidade do tratamento pelo que é indispensável a colaboração dos olivicultores na observação cuidadosa dos olivais.

Descrição dos diferentes estados de desenvolvimento

1º) Adulto

O adulto tem um tamanho médio de cerca de 4-5mm de comprimento e envergadura de cerca de 10-12mm. Os olhos compostos são azul-esverdeados iridiscetes. O tórax é de cor amarela com 4 bandas grisáceas. As asas são hialinas com uma mancha castanha típica no ápex. O abdómen é amarelado com manchas pretas nas áreas laterais dos primeiros 4 segmentos,



de forma e tamanho variável. A fêmea distingue-se facilmente do macho pelo abdómen, que nela é consideravelmente mais largo na parte central e afilado na extremidade distal. O macho é mais pequeno que a fêmea.

2º) Ovo

O ovo tem uma forma cilíndrica alongado, com aspecto esbranquiçado com a superfície aparentemente lisa. Tem aproximadamente 0,8mm de comprimento por 0,2mm de largura.



3º) Larva

A larva recém nascida mede apenas 1mm de comprimento. De cor amarelada, a larva é ápoda ao longo de todas as suas 3 fases, com a cabeça pontiaguda e de cor escura. Quando atinge o seu completo desenvolvimento mede entre 6 a 8mm de comprimento por 1,3 a 1,4mm de largura.



4º) Pupa

A pupa tem forma elíptica e a sua cor varia do esbranquiçado ao amarelado dependendo do estado de dessecação da epiderme. Mede entre 4 a 4,5mm de comprimento e 2mm de largura.



REFERÊNCIAS

- Control de plagas y enfermedades del olivar - Manuel Civantos López. Villalta
- El cultivo del olivo - D Barrancos, R Fernandez-Escobar, L Rallo-2001
- Enciclopédia Mundial da Oliveira - Conselho Oleícola Internacional Sapecagro.pt

Balanço do Período Especial de Candidaturas às Medidas Agro-Ambientais



O surgimento precipitado do período especial de candidaturas às Medidas Ambientais do novo Quadro Comunitário (2007-2013) sujeitas a confirmação por parte da Comissão Europeia acabou por traduzir-se numa fraca adesão dos agricultores, cerca de 13.000 candidatos.

Atente-se que constituiu uma preocupação da AJAP o novo desenho e enquadramento das novas Medidas Ambientais que privilegiou em primeira instância o mercado, conduzindo a um afastamento abrupto relativamente ao objectivo subjacente à sua génese – incentivar os agricultores a adoptarem práticas culturais que minimizem o impacto da actividade agrícola no ambiente.

A AJAP em inúmeras iniciativas alertou para os principais estrangulamentos do novo desenho do Quadro de Medidas Agro-Ambientais, que surge com um reduzido número de medidas, com um nível de exigência superior, condições de acesso mais restritivas e na generalidade das culturas uma redução do montante da ajuda, comparativamente ao RURIS (anterior quadro de apoio). Após uma ausência de três anos de novas candidaturas às Medidas Agro-Ambientais os resultados alcançados são deveras insatisfatórios.

Importa ultrapassar alguns dos constrangimentos, caso contrário o PRODER não alcançará os objectivos a que se propôs, nomeadamente:

- Reduzir o nível de exigências das medidas “Alteração dos Modos de Produção”;
- Cessar com a obrigatoriedade de submeter toda a unidade de produção aos Modos de Produção Integrada e/ou Modo Produção Biológica;
- Flexibilizar a compatibilidade entre as actividades pecuárias e vegetais;
- Possibilitar a mobilização do solo em algumas culturas onde essa prática se revela a mais adequada em termos agrónomicos (ex: vinha);
- Aumentar o valor da ajuda base da PRODI para as culturas de Vinha e Olival;
- Aumentar o 4.º escalão de ajudas dos actuais 20% para 40% da ajuda base;
- Isentar os pequenos agricultores (<40 UDE's) da necessidade de ter contabilidade.

A manter-se o conjunto de condicionalismos o PRODER representará uma perda de oportunidade para a nossa agricultura cuja competitividade é muito baixa sobretudo nas regiões mais deprimidas.

Os Jovens Agricultores no PRODER

O Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER) mereceu parecer favorável do Comité de Desenvolvimento Rural, em Bruxelas, tendo-se seguido a 4 de Dezembro a adopção pela Comissão Europeia da Decisão C(2007)6159, que concluiu o procedimento formal de aprovação do PRODER.

No âmbito do novo quadro comunitário os Jovens Agricultores podem instalar-se desde que reúnam as condições de acesso, ou seja, tenham mais de 18 e menos de 40 anos, possuam as competências profissionais adequadas, apresentem um plano empresarial para o desenvolvimento da sua actividade, assumam o compromisso de exercício da actividade durante 5 anos, cumpram as normas comunitárias e se submetam a um processo de acompanhamento e avaliação.

O processo de instalação é constituído por três componentes distintas; avaliação do perfil do candidato, das suas capacidades e necessidades de formação em função das actividades que pretende desenvolver e da localização da exploração; plano de formação - o jovem agricultor frequenta a formação acima referida, a qual poderá poder, caso seja recomendado, ser complementada com um estágio numa exploração agrícola -; plano de instalação. Contém um plano empresarial para o desenvolvimento das actividades da exploração, a formação complementar especializada e/ou formação de aprofundamento, se necessária.

Os apoios à instalação poderão assumir as seguintes modalidades:

- a) Incentivo financeiro não reembolsável, no valor máximo de 40 000 euros;
- b) Bonificação das taxas de juro, em função das taxas de referências estabelecidas, que não pode exceder, em equivalente de subvenção 40 000 euros.

Em simultâneo, o Jovem Agricultor pode concorrer a outras acções do programa, nomeadamente a medida 1.1.1 relativa à Modernização e Capacitação das Empresas, com incentivos aos investimentos materiais nas explorações agrícolas que podem ir desde 15% para outros investimentos nas fileiras não estratégicas até 40% no caso de investimentos específicos nas fileiras estratégicas.

O apoio será concedido sob a forma de subsídio não reembolsável e bonificação de juros, sendo o nível de apoio fixado em função do investimento elegível apurado na candidatura.

O nível de ajuda para as explorações agrícolas pode ser aumentado em 10% no caso das zonas desfavorecidas e dos jovens agricultores em primeira instalação.

AJAP recebida pelo Presidente da República

A Direcção da AJAP foi recebida em audiência por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva, no passado dia 19 de Outubro. No Encontro, a AJAP manifestou a sua preocupação com a situação actual da agricultura portuguesa, apontando as dificuldades dos jovens agricultores que aguardam pelo PRODER para se instalarem e investirem na actividade.

O Presidente da República mostrou-se muito preocupado com a desertificação do interior do país mas confiante na revitalização do espaço rural pelos jovens agricultores e pelos “jovens empresários rurais”, uma das propostas incluídas no documento da AJAP “Jovens Agricultores, um Futuro por Decidir!”.

A AJAP convidou o Senhor Presidente da República para visitar explorações de Jovens Agricultores durante o próximo ano, com o objectivo de conhecer e divulgar casos de sucesso, de forma a promover a imagem dos agricultores na sociedade e cativar mais jovens para se instalarem no sector.



A AJAP ofereceu ao Presidente da República produtos agrícolas tradicionais

Ajap prepara Proder e OCM do Vinho com Ministério da Agricultura

No dia 12 de Outubro, a Direcção da AJAP reuniu-se com a Direcção do Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura para analisar a finalização e operacionalização do PRODER. Entre os diversos aspectos abordados, destaque para os apoios à Instalação e acompanhamento de Jovens Agricultores.

No dia 5 de Dezembro, a AJAP, em conjunto com outras organizações agrícolas, reuniu-se com o Senhor Ministro da Agricultura para abordar a Revisão da OCM do Vinho. Em cima da mesa estão três objectivos da Comissão Europeia: Aumentar a competitividade dos produtores de vinho da UE, recuperar e conquistar novos mercados; Instaurar um regime no sector vitivinícola que funcione com regras claras e simples que sejam eficazes no incentivo ao equilíbrio entre a oferta e a procura; Instaurar um regime que preserve as tradições de produção de vinho da UE e que reforce o desenvolvimento das zonas rurais. A AJAP reconheceu a necessidade desta reforma, no entanto salientou a necessidade de acautelar as fragilidades da viticultura nacional, nomeadamente quanto ao programa de reestruturação de vinhas, a data de entrada em vigor da liberalização dos direitos de plantação, os apoios para a melhoria da qualidade dos vinhos e promoção dos nossos vinhos nos mercados de exportação. Também os apoios previstos no “programa de arranque” podem funcionar como incentivo ao abandono, pondo em causa o sector em algumas regiões vitivinícolas.

Postos de Atendimento do SNIRB/ SNIRA

Concelhos	Postos de Atendimento do SNIRB/SNIRA	Telefone
Alenquer	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alenquer	263 711 012
Alfândega da Fé	Ass. de Prod. Agro-Florestais da Terra Quente-AGRIARBOL	279 462 682
Amarante	Associação de Agricultores de Ribadouro	255 431 403
Ansião	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ansião	236 679 037
Bragança	Ass. para o Des. Agrícola e Rural da Terra Fria - Monteval	273 327 037
Elvas	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Caia	268 626 668
Cuba	Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo	284 414 140
Lisboa	AJAP - Lisboa	213 244 970
Lousada	Centro de Gestão Agrícola de Vale de Sousa	255 913 305
Macedo Cavaleiros	Ass. de Prod. Agro-Florestais da Terra Quente-AGRIARBOL	278 421 698
Mértola	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mértola	286 612 057
Mogadouro	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro	279 341 650
Moita	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Moita	212 896 629
Odemira	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Odemira	283 327 227
Portel	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Portel	266 612 636
Salvaterra de Magos	Balcão Rural de Foros de Salvaterra	263 501 500
Sendim	Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Sendim	273 739 166
Sousel	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Sousel	268 551 458
Valongo	Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Valongo	224 219 160
Vila do Conde	Gab. de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho	252 661 740
Vinhais	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo	278 369 348



Fitofarmacêuticos

Quarta, 17 de Outubro 2007

DR n.º 200, Série II

Portaria n.º 1364/2007

Regulamenta o seguro obrigatório de responsabilidade civil para as empresas de aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos

Terça, 6 de Novembro 2007

D.R. n.º 213, Série I

Decreto-Lei n.º 373/2007

Estabelece novos limites máximos de resíduos de substâncias activas de produtos fitofarmacêuticos permitidos nos produtos agrícolas de origem vegetal, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.os 2007/7/CE, de 14 de Fevereiro, 2007/8/CE, de 20 de Fevereiro, 2007/9/CE, de 20 de Fevereiro, 2007/12/CE, de 26 de Fevereiro, e 2007/39/CE, de 26 de Junho, da Comissão, bem como parcialmente as Directivas n.ºs 2007/11/CE, de 20 de Fevereiro, 2007/27/CE, de 15 de Maio, e 2007/28/CE, de 25 de Maio, da Comissão, nas partes respeitantes aos produtos agrícolas de origem vegetal

Terça, 6 de Novembro 2007

D.R. n.º 213, Série I

Decreto-Lei n.º 373/2007

Estabelece novos limites máximos de resíduos de substâncias activas de produtos fitofarmacêuticos permitidos nos produtos agrícolas de origem vegetal, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.os 2007/7/CE, de 14 de Fevereiro, 2007/8/CE, de 20 de Fevereiro, 2007/9/CE, de 20 de Fevereiro, 2007/12/CE, de 26 de Fevereiro, e 2007/39/CE, de 26 de Junho, da Comissão, bem como parcialmente as Directivas n.ºs 2007/11/CE, de 20 de Fevereiro, 2007/27/CE, de 15 de Maio, e 2007/28/CE, de 25 de Maio, da Comissão, nas partes respeitantes aos produtos agrícolas de origem vegetal



Vitivinicultura

Sexta, 7 de dezembro 2007

DR n.º 200, Série II

Portaria n.º 1548/2007

Approva o Regulamento dos Refractómetros para o Mosto das Uvas. Revoga a Portaria n.º 955/92, de 3 de Outubro

Segunda, 10 de Dezembro 2007

D.R. n.º 237, Série II

Despacho n.º 27709/2007

A percentagem do produto da taxa de promoção destinada a acções de promoção genérica do vinho e dos produtos vínicos, relativa a 2007, é fixada em 30 %



OGM

Segunda, 5 de Novembro 2007

D.R. n.º 212, Série II

Despacho n.º 25306/2007

Zonas livres de cultivo de variedades de milho geneticamente modificadas

Quarta, 28 de Novembro 2007

D.R. n.º 229, Série I

Decreto-Lei n.º 387/2007

Cria o Fundo de Compensação destinado a suportar eventuais danos, de natureza económica, derivados da contaminação acidental do cultivo de variedades geneticamente modificadas



Diversos

Segunda, 17 de Setembro 2007

DR n.º 179, I Série

Decreto-Lei n.º 312/2007

Define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 e dos respectivos programas operacionais

Segunda, 8 de Outubro 2007

DR n.º 193, I Série

Decreto-Lei n.º 329/2007

Regula a produção, controlo, certificação e comercialização de materiais de propagação e de plantação de espécies hortícolas, com excepção das sementes, e de materiais de propagação de fruteiras e de fruteiras destinadas à produção de frutos, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/124/CE, da Comissão, de 5 de Dezembro, na parte em que altera a Directiva n.º 92/33/CEE, do Conselho, de 28 de Abril, relativa à comercialização de material de propagação e plantação de espécies hortícolas

Quinta, 11 de Outubro 2007

DR n.º 196, I Série

Decreto-Lei n.º 337/2007

Altera o Decreto-Lei n.º 51/2004, de 10 de Março, transpondo parcialmente para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2007/11/CE, da Comissão, de 21 de Fevereiro, 2007/27/CE, da Comissão, de 15 de Maio, e 2007/28/CE, da Comissão, de 25 de Maio, que alteram a Directiva n.º 86/363/CE, do Conselho, de 24 de Julho, que fixa os teores máximos de resíduos de determinados pesticidas à superfície e no interior dos cereais, dos géneros alimentícios de origem animal e de determinados produtos de origem vegetal, na parte relativa aos géneros alimentícios de origem animal

Sexta, 26 de Outubro 2007

DR n.º 207, II Série

Despacho n.º 24633/2007

Cria seis unidades flexíveis do Gabinete de Planeamento e Políticas

Segunda, 26 de Novembro 2007

D.R. n.º 227, Série I

Portaria n.º 1509/2007

Define os vários tipos e validade das licenças de caça.

Terça, 27 de Novembro 2007

D.R. n.º 228, Série I

Decreto-Lei n.º 386/2007

Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 154/2004, de 30 de Junho, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.os 2007/48/CE e 2007/49/CE, da Comissão, de 26 de Julho, relativas aos caracteres que, no mínimo, devem ser apreciados pelo exame e às condições mínimas para o exame de determinadas variedades de espécies de plantas agrícolas e hortícolas

Quarta, 28 de Novembro 2007

D.R. n.º 229, Série II, Suplemento

Aviso n.º 23277-A/2007

Comissões cobradas pelo IFADAP (taxas)- reembolso dos respectivos montantes que ainda não hajam sido restituídos.

Gabinetes de apoio Jovem agricultor

1 - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (sede)
Rua D. Pedro V, 108 - 2.º Andar, 1269 - 128 Lisboa, Tel.: 213 244 970

2 - Gabinete de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho
Rua do Convento, 21, 4485 - 662 Vairão (Vila do Conde), Tel.: 252 661 740

3 - Associação Portuguesa de Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural
Praça General Barbosa, n.º 85, 1.º, Sala 3, 4900-347 Viana do Castelo, Tel.: 258 847 101

4 - ADREM - Associação para o Desenvolvimento Regional do Vale do Minho
Praça da República, Edifício dos Correios, 1.º Direito, 4950-260 Monção, Tel.: 251 654 335

5 - Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Concelho de Valongo
Rua D. Pedro IV, N.º 615-625, Susão, 4440 - 633 Valongo, Tel.: 224 219 160 / 224 220 089

6 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Baião
Ed. Adega Coop., Quintela - Govê, 4640 - 272 Govê (Baião), Tel.: 255 552 945

8 - Centro de Gestão Agrícola de Vale do Sousa
Av. dos Combatentes da Grande Guerra, Ed. Lousator, 4620 - 141 Lousada, Tel.: 255 913 305

13 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Guimarães
Rua da Boavista, Quintã de Cima - Prazins, 4801 - 910 Guimarães, Tel.: 253 473 411

14 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Basto
Praça Albino Alves Pereira, 4890 - 225 Celorico de Basto, Tel.: 255 320 480

15 - Associação de Agricultores de Ribadouro
Av. Gen. Vitorino Laranjeira, Ed. Golphinho, Lj S, S. Gonçalo, 4600-018 Amarante, Tel.: 255 431 403

16 - Centro de Gestão Agrícola de Barcelos
Rua Dr. José Ant.º Peixoto Machado, 400, BL. A, Loja 1, 4750 - 309 Barcelos, Tel.: 253 824 543

17 - Gabinete de Coordenação Regional de Trás-os-Montes
Rua dos Camilos (Casa do Douro), 5054 - 909 Peso da Régua, Tel.: 254 322 502

19 - Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Sendim
Av. do Cíelo, Edifício da Junta de Freguesia, 5225 - 101 Sendim, Tel.: 273 739 166

20 - Assoc. para o Desenvolvimento Agrícola e Rural da Terra Fria - Monteval
Av. 22 de Maio, Lote 3, R/C, B.º Forte S. João de Deus, 5300 - 449 Bragança, Tel.: 273 327 037

21 - Centro de Gestão da Empresa Agrícola do Alto Douro
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070 - 045 Alijó, Tel.: 259 950 532

22 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo
Av. do Brasil, N.º 8, 1.º, 5335 - 102 Rebordelo, Tel.: 278 369 348

23 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro
Av. do Sabor, 41, Lote 2, 5200 - 204 Mogadouro, Tel.: 279 341 650

24 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Saldanha
R. Fonte do Paço, Ed. Maria da Fonte - 2.º, Esc. 2, 5340 - 268 Macedo de Cavaleiros, Tel.: 278 425 756

25 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Alfândega da Fé
Av. Sá Carneiro, 5350 - 005 Alfândega da Fé, Tel.: 279 463 205

27 - Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé
Av. Eng.º Camilo Mendonça, N.º 287, 5350 - 001 Alfândega da Fé, Tel.: 279 462 417

28 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alijó
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070 - 045 Alijó, Tel.: 259 950 042

29 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Armamar
Av. 8 de Setembro, C/V - G, 5110 - 121 Armamar, Tel.: 254 855 960

30 - Centro de Gestão Agrícola da Beira Douro - Associação
R. Eng.º Joaquim Botelho Lucena, Ed. Vilaiva, Loja E0, 5000-586 Vila Real, Tel.: 259 372 893

31 - Gabinete de Apoio Agrícola
Rua da Fonte do Paço, Edifício Maria da Fonte, 1.º C - 3, 5340 - 268 Macedo de Cavaleiros, Tel.: 278 425 737

32 - Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente
Av. Inf. D. Henrique, Ed. Translande 2.º, Esc. 12, 5340-204 Macedo de Cavaleiros, Tel.: 278 421 698

33 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Valpaços
Largo da Feira, Edifício Sol Nascente, Loja 2, 5430 Valpaços, Tel.: 278 711 421

34 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Macedo de Cavaleiros
R. Fonte do Paço, Ed. Translande, R/C, Lj, 33, 5340-268 Macedo de Cavaleiros

35 - Gabinete de Coordenação Regional da Beira Interior
Av. 25 de Abril, 151, 6440 - 111 Figueira de Castelo Rodrigo, Tel.: 271 312 139

38 - Gabinete de Coordenação Regional da Beira Litoral
Centro Comercial e Residencial da Curia, Bloco O, Escritório 54, 3781-541 Tâmega, Tel.: 231 525 315

39 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa Agrícola de Nelas
Av. da Liberdade, 3520 - 061 Nelas, Tel.: 232 949 539

40 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ansião
Lugar de Lagoa Parada, 3240 - 673 Santiago da Guarda, Tel.: 236 679 037

41 - Cooperativa Agrícola da Beira Aguiçeira
Ed. Centro de Inic. Empresariais, Pq. Ind. M.º L. Ferreira, Lt. 12, 3450-232 Mortágua, Tel.: 231 927 470

42 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Anadia
Rua da Gatanha, Monsarros, 3780 - 563 Vila Nova de Monsarros
44 - Gabinete de Coordenação Regional do Ribatejo e Oeste

Esc. Sup. Agrária de Santarém, Q.º do Galinheiro, 2001-904 Santarém, Tel.: 243 352 916

45 - Cooperativa Agrícola da Serra d'El Rei
Rua 4 de Agosto, N.º 50, 2525-814 Serra d'El Rei, Tel.: 262 909 426

46 - Balcão Rural de Abrantes
Rua D. Lopo de Almeida, Lote 81, R/C Esq., 2200 - 281 Abrantes, Tel.: 241 366 806

47 - Balcão Rural de Foros de Salvaterra
Rua Imaculado Coração de Maria, N.º 179, 2120 - 188 Foros de Salvaterra, Tel.: 263 501 500

49 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alenquer
Quinta de S. Paulo, Carapinha, 2580 - 377 Alenquer, Tel.: 263 711 012
50 - Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo
Bairro Novo da Bica, Edif. da Pré-Primária, 7940 Cuba, Tel.: 284 414 140
51 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mértola

Casal Ventoso, Lote I-9, 7750 Mértola, Tel.: 286 612 057

52 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Sousel
Rua da Amêndoa, N.º 13, 7470 - 230 Sousel, Tel.: 268 551 458

53 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Moura
Rua 5 de Outubro, N.º 32, 7860-013 Moura, Tel.: 285 254 775

54 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Borba
Rua Convento das Servas, 7150 - 164 Borba, Tel.: 268 841 547

57 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Odemira
Rua Eng.º Arantes e Oliveira, 5, 7630 - 149 Odemira, Tel.: 283 327 227

60 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Serpa
Rua do Rossio, N.º 82, 7830 - 371 Serpa, Tel.: 284 544 655

61 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Caia
Horta do Belhó, 7350 - 903 Elvas, Tel.: 268 626 668

62 - Gabinete de Coordenação Regional do Algarve
Antiga Escola da Sambada, Sítio de Lagos e Relvas, 8000 - 673 Estoi, Tel.: 289 994 581

63 - FRUSOAL - Frutas Sotavento Algarve
Sítio das Cevadeiras, EN 125, 8900 - 907 Vila Nova de Cacela, Tel.: 281 950 400

